

ARQUIVO PÚBLICO DA B.
Biblioteca Francisco Vicente Via

Registro n.º 020

Data: 22 / 03 / 2010

P
020
v. 36
n. 1
3929

ANNAES

— DO —

Museu da Bahia

DIRECÇÃO E REDACÇÃO DE

F. Borges de Barros

Director do mesmo Museu

VOLUME XVI



BAHIA

IMPrensa OFFICIAL DO ESTADO

Rua da Misericórdia n. 1

1929

INDICE

— Actas do Conselho Geral da Provincia—Fls. 1
a 108.

Heraldica Bahiana—Fls. 109 a 130.

Antigas Capitancias do Brasil (Documentos)—Fls.
131 a 154.

Documentos referentes a uma parte do patrimonio
territorial do Municipio de Itaparica—Fls. 155 a 168.

Actas do Conselho Geral de Provincia

DE 1832 A 1833

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 18 D'OUTUBRO DE 1832

Foi aberta a Sessão estando presentes o Illm.^o e Exm.^o Sñr. Presidente, e os Snres. Conselheiros do Governo abaixo assignados.

Leo-se a Acta da Sessão antecedente, e foi approvada. Tratouse de varios requerimentos sobre serventias vitalicias de Officios de Justiça, e se resolveu que fossem conferidas as seguintes: De Requerente do Auditorio da Villa de S. Amato da Purificação a José da Cunha Serrão. De Escrivão de Meirinho da Freguesia de S. Gonçalo dos Campos a Domingos Bernardino da Motta. De Tabelião e Escrivão de Orphãos da Villa da Barra do Rio de Contas dos Ilhéos a Sebastião José Urtiga. De Partidor do Auditorio da Villa de S. Amaro da Purificação a Antonio da Silva Bellens. De Requerente do Auditorio desta Cidade a Pedro Alexandrino de Andrade. De Distribuidor, Inquiridor, e Contador da Villa de Valença a José Muniz de Souza. De Escrivão da Ouvidoria do Cível desta Cidade a Francisco Jorge Monteiro. De Inquiridor, e Contador do Auditorio desta Cidade a Manoel da Silva e Azevedo. De Escrivão do Meirinho da Freguesia de Sto. Antonio além do Carmo a Joaquim Antonio Gonçalves. Leo-se o requerimento de Joaquim José Alvares de Araujo pedindo a Serventia de hum dos Officios de Tabelião da Villa de Nazareth e se resolveu, que

o Suppe. se devia dirigir ao juiz respectivo a quem compete nomear interinamente na fôrma do Decreto do 1.º de Julho de 1830. Foi presente hum requerimento de Joaquim José de Santa Anna Gomes, e José Maria Cirillo da Silva Capitaens Ajudantes dos extinctos Bes. 92, e 93, pedindo o augmento de Soldo permitido pela Carta de Lei de 24 de Setembro de 1829, e a esse respeito foi o Conselho de parecer, que os Suppes. devem requerer directamente ao Governo de S. M. I. — Leo-se da mesma forma o requerimento de Caetano Gaspar Lopes pedindo augmento de jornal por se achar servindo o Lugar de Apontador do Arsenal de Guerra, e se resolveu, queo Suppe. deve receber a gratificação pertencente ao dito Apontador. Resolveu-se mais o seguinte: 1.º. Sobre o requerimento de José Dias da Costa Furriel do Bam. 9. queixando-se do Commandante das Armas por lhe não ter dado baixa, que o Suppe. deve requerer em forma legal. 2.º. A respeito de outro requirimento de Antonio Gregorio Teles Professor de 1.ªs. Letras da Freguisia de Oliveira para ser augmentado o seu ordenado, que deve primeiro o Suppe. propor-se a ser examinado na forma da Lei de 15 d'Outubro de 1827. 3.º. Acerca da pertença de Beraldo da Cruz Caldeira para ser admitido a concurso da Cadeira publica de 1.ªs. Letras da Freguisia de Sta. Anna desta Cidade, que por ora não tinha lugar, visto se ter mandado suspender o mesmo Concurso. Resolveu-se finalmente, que attenta a falta que ha nesta Provincia de Engenheiros com conhecimentos praticos para se poderem emprehender algumas obras publicas, que são precisas, se officiasse ao Governo Imperial para mandar engajar na Europa hum Individuo com todas as qualidades de hum habil Engenheiro, que seja igualmente perito em conhecimentos Hydraulicos, afim de ser empregado nesta Provincia, sendo pago dos seus vencimentos, conforme se contractar, pela consignação marcada para as obras publicas. O Sñr. Prezte, levantou a Sessão — E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio

Joaquim Alvares de Amaral fiz escrever como Secretario, e assignei egualmte. como Conselheiro. —

Joaquim José Pinheiro de Vasca.
Justino Nunes de Sento Sé,
Vicente Ferreira de Olier.
Antonio Joaquim Alvares de Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 27 D'OUTUBRO DE 1832

Principiou-se a Sessão estando presentes o Ilmo. e Exmo. Sñr. Prezide. e os Sres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a Acta da Sessão antecedente foi approvada.

O Sr. Conselheiro Sento Sé fez humma Proposta para que se exigissem dos Juizes competentes esclarecimentos sobre as diversas administrações de bens encapellados, que ha em toda a Provincia, e foi approvada. Foi presente a nomeação, que obteve Manoel Aba. de Araújo Continuo da Casa da Moeda desta Cidade para Continuo da Secretaria deste Governo, que se criou em virtude do Decreto de 7 de Agosto do corrente anno, e se resolveu que fosse confirmada. Deliberon-se avista do Decreto de 16 de Junho deste anno sobre a creação de escolas de 1.ªs. Letras em toda a Provincia, que se possessem a concurso as Cadeiras, que ainda não estão providas sendo pelo ensino mutuo as que tem os ordenados marcados de 400\$000 rs., e 500\$000 rs. — Tratou-se da criação das Cadeiras de Estudos Maiores, que se mandarão crear pelo Decreto de 11 de Novembro do anno passado nas Villas mais populosas de cada Comarca, e se resolveu que tivesse lugar o concurso para as Cadeiras de Philosophia no dia 24 de Novembro proximo, para as de Rethorica no dia 27, e para as de Geometria no dia 29. — Leo-se hum requi-

ramento das Mestras de 1.^{as} Letras pelo ensino mutuo pedindo serem pagas do equivalente para o aluguer das casas em que tem estabellicido o dito ensino na conformidade do Decreto de 16 de Junho, e ficou adiado. — Poz-se finalmente á deliberação numa proposta para Vigario da Freguesia da Pedra Branca em favor do Padre Manoel Ferreira da Costa Palacio, e foi approvada para ser o proposto appresentado em o praso marcado no Concilio de Trento visto ser subdiacono. O Sñr. Presidte. levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares de Amaral Secretario do Gov.^o fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Faltarão

os Sres.

Ladislão

e Castro.

Joaquim José Pinheiro de Vasc^{os}.

Manoel Nunes de Sento S^e.

Manoel José Gonçalves Pereira.

Justino Nunes de Sento S^e.

Viente Ferreira de Oliveira.

Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 30 D'OUTUBRO DE 1832

Abrio-se a Sessão estando presente o Ilm.^o. e Exm.^o. Sñr. Prezidte., e os Snres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a acta da Sessão antecedente foi approvada. O Sñr. Consro. Gonçalves Pereira declarou, que supposto fosse de oppinião que se approvasse a Acta do dia 18 do corrente, todavia não se conformava, que tivesse havido Sessão estando unicamente presente o Sñr. Prezidente, e mais 3 Sres. Conselheiros. Leo-se hum requiri-

mento de Manoel Nunes da Silva pedindo para que o Juiz nas suas causas visto ser seu inimigo, sendo por tanto substituido pelo Supplente, e se resolveu que não hera da competencia do Conselho providenciar sobre o que o Suppe. pertende. Leo-se igualmente o requerimento de Manoel José de Andrade fasendo ver que o dito Juiz de Paz fôra despronunciado subrepticamente, que por tanto devia continuar a suspensão, e se resolveu que devia informar o Conselheiro Chancellor, ouvindo por escripto o Juiz suspenso. Passou-se a tratar de outra queixa de Feliciano Luis de Almeida por haver sido annullada a sua eleição para Juiz de Paz Supplente da Freguesia do Pilar, e se resolveu que o suupe. devia ter mostrado o seu direito perante a Assembléa Eleitoral na forma do artigo 6 da Lei do 1.^o d'Outubro de 1828, e por isso que nada havia a diffirir. — Poz-se mais á deliberação as queixas seguintes: a respeito das quaes se resolveu que não procedião a vista do parecer do Consro. Chancellor, e respostas dos Juizes. — De Francisco Jose de Araujo Cruz contra o Juiz de Paz de Nazareth Francisco José de Araujo Franco por actos arbitrarios por este praticados. Do Padre Bras Muniz Cabral de Mello contra o referido Juiz pelo mesmo motivo. De Antonio Fausto Rodrigues de Oliveira contra o Juiz de Paz de Jequiriça Jose Francisco de Jesus Maria e Souza por factos illegaes que praticou. Da Camara Municipal da Cidade contra o Juiz de Paz da Freguesia da rua do Paço por faser infringir as Posturas da mesma Camara. Tratou-se de huma representação do Auditor da Gente de Guerra sobre hum conflicto de Jurisdicção entre elle, e o Prezidte. de hum Conselho de Guerra, que dera hum despaxo para elle passar hum Certidão, e se resolveu, que temporariamente em quanto os processos estiverem em poder do dito Auditor este mande passar as Certidões por hum Escrivão d'ante elle. Sendo appresentado o requerimento de Manoel Alz.^o da Cunha Professor de 1.^{as} Letras de Freguesia da Praia pedindo o Ordenado de 400\$000 rs., e se resolveu, que o Suppe. para

poder obter o Ordepadro que requer deve propor-se a exame, e ser sufficientemente approvado. Da mesma forma se resolveu, que infirmasse o Juiz de Paz Supplente da Freguesia da Rua do Paço sobre a queixa de João da Rosa do Nascimento contra o Juiz de Paz suspenso Gervasio de Souza Vieira, ouvindo a este por escripto, bem como, que não competia ao Conselho providenciar acerca do requerimento do Vigario Manoel Alves de Menezes sobre a perseguição que se lhe tem feito. — O Sñr. Presidente levantou a Sessão. — E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim do Amaral, Secretario do Gov.^o, fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vascs.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Santo Sé.
Vicente Ferreira de Olivar.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO DO DIA 6 DE NOVEMBRO DE 1832

Deo-se principio á Sessão estando presente o Ilm.^o e Exm.^o Sñr. Preside.^{te}, e os Sñres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a Acta da Sessão antecedente foi approvada. Forão apresentados varios requirimentos a respeito dos quaes se resolveu o seguinte: 1.^o Que não tinha lugar a pertença de Angelo Espinosa pedindo ser reintegração na praça de Sargento, por sentar praça na Guardia Municipal, permanente de que tivera baixa por ser estrangeiro. 2.^o Que não competia ao Conselho providenciar sobre a nomeação de Juiz de Paz Supplente para a Freguesia de St.^a Anna desta Cidade conforme pedira Raimundo Ignacio de Moura. 3.^o Que acerca do que

exposerão os moradores do Arraial do Genipapo para se crear hum Juiz de Paz para a Capella de S. José devião requerer a quem compete. 4.^o Que quanto ao pedido de Manoel Antonio de Souza Maxado Paixão para se porem a Concurso as Cadeiras de Francez, em tempo opportuno se marcará dia para o exame. 5.^o Que se expedissem ordens para a creação do Esquadrão de Cavallaria de Guardas Nacionaes nesta Cidade, conforme já se tinha deliberado, sobre o que pedirão providencias varios Cidadãos. 6.^o Que quanto a pertença de José Antonio Pereira Barbosa Escrivão de Paz da Freguesia das Brotas para entrega de huns com que o Juiz de Paz dera huma informação usasse dos meios ordinarios. — 7.^o — Sobre o pagamento do acrescimo de Ordenado pedido por Jose Joaquim da Mota Empregado da Bibliotheca, que será deferido como for justo depois do exame das contas da dita Bibliotheca relativas a administração passada. 8.^o Que a respeito da Provisão pedida por Lucio Pereira de Azevedo não hera da competencia do Conselho mandar Provisão vitalicia a Advogados. 9.^o Que não devião conceder mais Serventias vitalicias de Officios de Avaliadores do Conselho, sendo assim indeferidas as pertenças de João Glz. Barroso, Vicente Ferreira da Silva, Francisco Correia de Araujo, e de Manoel Domingues da Costa. 10.^o, e finalmente que fosse conferida a Serventia vitalicia do Officio de Escrivão de Orfãos da Villa de Agoa-fria a Vicente Glz. Marques avista das informações. — O Sñr. Presidente levantou a Sessão. — E para constar se lavrou a presente acta, que eu Ant.^o Joaquim Alvares do Amaral Secretario do Gov.^o, fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vascs.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Santo Sé.
Vicente Ferreira de Olivar.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

Faltão
os Sres.
Ladislão
e Castro.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13 DE NO-
VEMBRO DE 1832

Abriu-se a Sessão estando presentes o Illm.^o e Exm.^o S^{rs}. Presidente, e os Sres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a Acta da Sessão antecedente foi approvada. Por-se a deliberação o requerimento de Francisco d'Abreu Bálua, e Contreiras pedindo que se lhe mandasse pagar o ordenado que venceu como Ajudante do Escrivão da Intendencia da Marinha desde que deixou de estar empregado como Commissario da Nau Imperador do Brazil, até ser reintegrado, e se resolveu, que não tinha lugar a pertença do Supple. visto ter deixado voluntariamente o lugar que ora serve para hir ocupar aquelle de Commissario.

Resolveu-se mais o seguinte — Que fosse augmentado o Salario dos Moços do Arsenal de Guerra igualando-se aos do Arsenal da Marinha, que percebem 640 rs. por dia, e que o Fiel, e Porteiro daquella Repartição continuassem a perceber os Ordenados, que tinham, deduzidas porem da gratificação, que lhes foi marcada, a qual deverá ficar assim diminuida, sendo desta forma defiridos os respectivos requerimentos. Que a vista do Aviso de 9 d'Outubro ultimo não tinha lugar o augmento de jornal pedido por José Vicente Pinheiro Contramestre de Chripas da nova Villa. Que acerca da Representação do Juiz Ordinario da nova Villa de Nasareth Luis Rodrigues Prates queixando-se de ter o seu companheiro feito as nomeações dos Officios de Justiça sem o ter consultado para o que verificou a sua posse antes do dia mar-

cado pela Camara, cumpria ordenar, que ficando sem effeito as nomeações interinas que se fiserão, fossem feitas de novo pelos dois Juizes sendo para isso a elles remetidos varios requerimentos pedindo as Serventias vitalicias de taes Officios. — Que sobre o requerimento de Jacinto José Cidreira pedindo a Serventia vitalicia do Officio de Escrivão de Orfãos da dita Villa de Nazareth se enviasse ao Juiz, que o nomeou interinamente para que o fizesse passar por hum exame de sufficiencia. Que se mandasse passar Provisão vitalicia do Officio de Requerente de Causas da Villa de Inhamitupe a João Evangelista Meira, que a requereu, e que quanto a remoeção pedida por Angelo Custodio da Silva, e Oliveira de Requerente de Jaguaripe para Nasareth não tinha lugar podendo porem obter nomeação interina do Juiz respectivo para com ella requerer. — Finalmente que se remettesse ao Dep.^{te} Ouvidor Geral do Crime o requerimento de João Pinto Barreto de Sá pedindo a Serventia vitalicia do Officio de Tabelião da dita Villa de Nasareth áfim de proceder criminalmente a vista de hum requerimento á aquelle incluso em que se acha falsificado hum despacho deste Governo sendo igualmente viciado o registro delle no Livro da Porta donde se achão as palavras, que demais se acrescentarão com letra diversa. — O S^r. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a preste acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral fiz escrever, e como Conselheiro também assignei.

Faltou o
Sr. Cas-
tro.

Joaquim José Pinheiro de Vascs.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Jusino Nunes de Santo Sé.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 1832

Deu-se principio á Sessão estando presentes o Ilmo. e Exm^o. Sñr. Presidente, e os Sñres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Sendo lida a Acta da Sessão antecedente foi aprovada. Foi apresentada huma proposta para Vigario collado da Freguisia do Santissimo Sacramento do Coração de Jesus do Monte Santo em favor do Padre José Antonio Lima, e foi aprovada. Tratando-se sobre o modo de se proceder ao exame para a Cadeira de Musica, que se achá a concurso se resolveu, que este tivesse lugar nos dias 11, e 12 de Dezembro, devendo os Candidatos no 1.^o fazer huma dissertação sobre a historia e progressos da Musica, e no 2.^o serem examinados livremente sobre composição, e execução. Da mesma forma se deliberou que para os exames das Cadeiras de Francez e de Latim de Itapicuri se marcasse o dia 15 do dito mez, e que no dia 18 se devião principiar os exames das Cadeiras de 1.^{as}. Letras, que se mandarão criar. Leu-se hum requirimento de Innocencio José Galvão pedindo a confirmação de huma Sismaria, que lhe fôra conferida, e se resolveu que devia requerer na forma do § 15 do art.^o 51 da Lei de 15 de Novembro do anno passado. Foi presente hum Officio da Camara Municipal desta Cidade pedindo algum dinheiro da consignação das obras publicas para acudir ao suprimento de varias Obras a seu cargo, que não podem parar, visto estar o seu Cofre exausto, e se resolveu, que se desse da dita consignação das obras publicas a quantia de 4.000\$ rs., bem como que se distribuisse com outras Camaras as quantias seguintes, para serem applicadas ás obras mais urgentes do respectivo Municipio. A' Camara de Nazareth 2.000\$ rs. A' de Itaparica 1.000\$ rs. A' de Jerimuabo 800\$ rs. A' de Sento Sé 800\$ rs. A' de Pambú 800\$ rs. A' de Chique Chique 800\$ rs. A' de Macahubas 800\$ rs. A' de Villa Nova da Rainha 800\$ rs. A' de Camamú 1.000\$ rs. A' de Caravellas 1.000\$ rs. A' de

Caetitê 1.000\$ rs. A' da Barra 1.000\$ rs. A' de Campo Largo 600\$ rs. A' de Urubú 600\$ rs. A' de Cairú 600\$ rs. A' do Conde 400\$ rs. A' do Inhambuê 600\$ rs. A' de Olivença 400\$ rs. A' de Trancoso 500\$ rs. A' de Santarem 400\$ rs. A' de Barcellos 400\$ rs. Resolveu-se mais o seguinte: 1.^o, que constando achar-se o Professor de 1.^{as}. Letras da Conceição da Praia empossado para servir o Lugar de Juiz de Paz Supplente da dita Freguisia, e julgando-se incompatíveis o exercicio dos dois Empregos devia o dito Professor optar hum, 2.^o, que a vista do que propôs o Sñr. Presidente hera justo que se mandasse construir no Arsenal da Marinha duas Barcas para serviço do Porto, 3.^o, que quanto ao requerimento de Francisco Manoel de Castro, pedindo a Serventia vitalicia do Officio de Distribuidor e mais annexos da Villa de Nazareth, devia o Supplicante dirigir-se primeiramente ao Juiz respectivo a quem compete a notificação interina. O Sñr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretr^o do Gov^o. fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Faltou o
Sr. Castro

Joaquim José Pinheiro de Vasce's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento Sé.
Vicente Ferreira de Olive'ra.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1923

Abriu-se a Sessão achando-se presentes o Illm.^o e Exm.^o Sñr. Presidente e os Snres. Conselheiros do Governo abaixo assignados.

Leo-se a Acta da Sessão antecedente, que foi approvada.

Comparecerão os Oppositores ás Cadeiras de Filosofia, que se mandarão criar na Villa mais populosa de cada huma Comarca desta Provincia, as quaes se achavão a concurso, e sendo examinados Salustiano José Pedrosa, José Damasceno de Sousa Figueredo, Bernardino Ferreira Nobrega, e José Lisardo das Moças forão approvados, com preferencia o 1.^o aos outros. Ficando adiado o provimento das ditas Cadeiras o Sñr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretario do Gov.^o fiz escrever, e como Conselheiro também assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vasc.^o
João Ladisláo de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira de Oliv.^o
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 1832

Foi aberta a Sessão estando presentes o Illm.^o e Exm.^o Sñr. Presidente e os Snres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a Acta da Sessão antecedente foi approvada. Tratou-se dos exames para as Cadeiras de Rhetorica, que se achão a concurso, e comparecendo tão somente João Antonio de Vasconcellos oppositor a de Valença foi examinado, e approvado pelos Exa-

minadores, ficando adiada a deliberação. Leu-se huma replica de Innocencio José Galvão pedindo o arrendamento na forma da Lei de 30 lotes de 400 braças quadradas de terra contiguas ao seu Engenho Serapóly do termo da Villa de Valença e se resolveu que pela Junta de Fazenda se posesse em hasta publica para ser arrematada a dita porção de terra. Resolveu-se mais o seguinte: Sobre o requerimento de João Gonçalves Barroso, para que se lhe declarasse a quem deve requerer a Serventia do Officio de Avallador, que compete ao Juiz Territorial nomear tres Avalladores, quando se fizerem necessarios. Que se concedão as Provisões de Serventias vitificas a saber a José Maria Lapa para Meirinho da Freguesia de St.^a Anna, a André Roiz de Castro para Escrivão de Ordens da Villa de Nazareth. Que quanto ao requerimento de Manoel Pita Bacellar pedindo a Serventia vitalicia de Meirinho da Villa da Caxoeira, não tinha lugar a vista da informação do Juiz de Fora. Que se pagassem pelos Cotres publicos as gratificações de residencia, a que tem direito o Sargento mór Antonio Vicente Belles, como encarregado da direcção das obras da Camara Municipal. Que acerca do requerimento de queixa de José Dias da Costa Furtado da 7.^a Companhia do Batalhão 9 da 1.^a Linha, por não ter obtido sua baixa, se cumprisse a Lei tendo o Supplicante baixa, visto ter vencido o tempo. Sobre o requerimento dos Serventes da Mesa das diversas Rendas, pedindo augmento de Ordenado, que não tinha lugar. O Sñr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretr.^o do Gov.^o fiz escrever, e como Conselheiro também assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vasc.^o
João Ladisláo de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira de Oliv.^o
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 29 DE
NOVEMBRO DE 1832

Foi aberta a Sessão estando presentes o Ilm.^o e Exm.^o Sôr. Presidente, e os Sres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a Acta da Sessão antecedente foi approvada. Tiverão lugar os exames dos concorrentes ás Cadeiras de Geometria, que se achavão a concurso, e comparecendo Antonio Agostinho de Castro Barreto, Manoel Vieira Roiz, foram examinados, e approvados. Tratando-se do provimento das ditas cadeiras, e das outras de philosophia, e Rethorica a cujos exames se procedeu nos dias 24. e 27 do corrente, e se resolverem, que fossem conferidas da maneira seguinte: A de Philosophia da Villa de Caxoeira a Salustiano José Pedrosa, e a de Geometria da dita Villa a Manoel Vieira Roiz. A de Philosophia da Villa de Valença a João Damasceno de Souza Figueiredo, e de Rethorica do mesmo lugar a João Antonio de Vasconcellos, e a de Geometria a Antonio Agostinho de Castro Barreto; resolvendo-se igualmente que não tinha lugar serem providos nas Cadeiras a que se propozerão, não obstante o exame, os concorrentes Bernardino Ferreira Nobrega, e José Lisardo das Moças. O Sôr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que em Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretr.^o do Gov.^o fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vas.^os.
João Ladisláo de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 3 DE
DEZEMBRO DE 1832

Abriu-se a Sessão ordinária a presidência do Ilm.^o e Exm.^o Sôr. Presidente, e os Srs. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Sendo lida a acta da Sessão antecedente foi approvada. Logo depois seguindo-se de José Lisardo das Moças requerendo differença para comparecer a Sessão da Cadeira de Philosophia a que se resolveu, que não sendo approvado pelo Sôr. Presidente, que não havia que differir.

Tratando-se a respeito dos dizeitos, que devião ter lugar as eleições dos Leituraes, que pelo Decreto de 16 de Junho ultimo se mandaram providos de Janeiro a Junho do anno proximo, e foi marcado o dia 17 de Fevereiro para as eleições primeiras, hez com que a 17 de Março tiveram lugar a reunião dos Collegios, e a eleição de alguns, qual para ser lida na Camara da Capital no dia 9 de Maio do dito anno. Resolheu-se na Camara a seguinte: 1.^a que se mandasse cumprir a q.^{ta} 1.^a resolvida na Sessão de 24 de Março deste anno, sobre a augmentação de ordenado dos Professores das ditas escolas, e de cada uma das ditas, visto serem breves pelo Decreto de 10 de Junho segundo do Concurso, que se exigia, sendo pago do dito aumento desde a data daquelle assignação. O Sôr. Conselheiro Sento Sé votou em sentido 2.^o que de conformidade com o disposto no Decreto de 25 de Outubro do anno passado, fossem elevados os Ordenados dos Professores de Latim de toda a Provincia aos Ordenados, que foram marcados para as de 1.^a lettra dos mesmos lugares pelo Decreto de 16 de Junho do corrente anno, exceptuando os que já tinham Ordenados, 3.^o e finalmente que aos Professores, e Meitres de 1.^a lettra que já tem essa assignação pela Camara Municipal para o pagamento de 1200000 rs. para o respectivo aluguel, fosse permitto o mencionado Decreto de 16 de Junho. O Sôr. Presidente levantou a Sessão.

*Manoel José Gonçalves Pereira,
Justino Nunes de Sento-Sé,
Vicente Ferreira de Oliveira,
Antonio Joaquim Alvares do Amaral,
Antonio Pereira Rebouças.*

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 19 DE
DESEMBRO DE 1832

Foi aberta a Sessão estando presentes o Illm.^o e Exm.^o Sr.^o Presidente, e os Snres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Sendo lida a acta da Sessão antecedente foi aprovada. Tratou-se do provimento das Cadeiras de Rethorica, Francez, e de 1.^{as} Letras de meninas, cujos exames se procederão nas Sessões anteriores, e se resolveu que fossem providas na forma seguinte: Para a Cadeira de Rethorica da Villa do Rio de Contas Francisco de Assiz, e para a de Caravellas Jacinto Teixeira dos Santos Imbasaby. O Sr. Consr.^o Sento-Sé votou contra esta deliberação. Para a Cadeira de Francez da Villa de Caravellas Hygino Moreira de Pinho, e para a de Rio de Contas Manoel Antonio de Souza Maxado Paixão, e ficou adiado o requerimento de Romão Luis do Santo Espirito até que se obtivessem informações a respeito da sua conducta. Para a Cadeira de 1.^{as} letras de meninas da Freguesia da Victoria Rosenda Adriana dos Santos. Para a da Freguesia das Brotas Romana Francisca de Sirqueira. Para a da Freguesia da Penha Anna Engracia dos Santos. Para a da Villa da Caxocira Maria Theresa do Coração de Jesus. Para a da Villa de Valença Ignacia Izidora do Carmo e Silva. Para a da Villa de Maragogipe Antonia Maria do Coração de Jesus. Para a da Villa de St.^o Amaro Rita Fabiana Villas boas. Para a da Villa de Nazareth Clotildes Rosalina de Nápoles. Para a da Villa do Rio de Contas Maria Clemencia Soares Serpa. Tendo sido exa-

minado, e aprovada Mariana Sebastiana Castilhos de Maragão do contemplam no requerimento, e para a sua habilitação, e para o ditto das a vista dos exames os requerimentos de Miquelina Rosa de Mesquita, Maria Rosa de Paula Carvalhal e Rita Maria Gomes, ficando adiado o requerimento de Maria Claudina da Silva. O Sr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Sec.^o da Gov.^o fiz escrever, e com o Conselheiro indifferente assignei.

*Antonio José Pinheiro de Mello,
João Lobo de Figueiredo e Silva,
Manoel José Gonçalves Pereira,
Justino Nunes de Sento-Sé,
Vicente Ferreira de Oliveira,
Antonio Joaquim Alvares do Amaral,
Antonio Pereira Rebouças.*

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 11 DE
JANEIRO DE 1833

Abriu-se a Sessão achando-se presentes o Illm.^o e Exm.^o Sr.^o Presidente, e os Snres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Sendo lida a Acta da Sessão antecedente foi aprovada. Tratou-se acerca da falta de cumprimento que era devido da parte do Inspector interino da Thesouraria da Fazenda desta Província sobre a nomeação feita pela Commissão para o lugar de Intendente da Fazenda e ficou adiado. Foi presente humo representante da Câmara Municipal da Villa da Barra do Rio de S. Francisco, fazendo de quanto hera requerente, que o Cardeal para aquella Villa fosse pela Villa de Jacobina, e não para a da União, como se tinha deliberado. — Fica resolvida, que a vista das razões expostas pelo dito Cardeal se

ditasse na forma por ella requerida expedindo-se para isso as ordens necessarias.

O Sñr. Presidente levantou a Sessão.

Joaquim José Pinheiro de Vasç's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 17 DE JANEIRO DE 1833

Abrir-se a Sessão estando presentes o Ilm.^o e Exm.^o Sñr. Presidente, e os Sñres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Sendo lida a acta da Sessão antecedente foi aprovada. Foi apresentada a Tabella do arbitramento do preço das forrageas, e etapes para a Tropa durante o presente semestre, e foi approvado o valor das mesmas etapas na razão de 171 reis cada hum, ficando arbitrado o preço de 45 hrs. pela 1/2 de pão alvo para fornecimento dos hospitaes Regimentares, e a importancia das forrageas emendada, e reduzida a 360 rs. — Em consequencia de hum Officio do Conselho Geral de Provincia dirigido a este Governo se resolveu, que se publicasse por Bando a deliberação do mesmo Governo acerca da moeda de cobre legal, que fôra rervilhada na Casa da moeda desta Cidade, bem como, que o pagamento do pret da Tropa se fizesse na Thesouraria em moeda de cobre comprada esta, precedendo Editaes, a quem com melhor vantagem a desse. Leu-se hum Officio do Inspector interino da Thesouraria perguntando se devia considerar Officio de Fazenda o de Feltor da Estiva d'Alfandega, e foi o Conselho de

perceber, que ao mesmo Inspector cabia regular de pelo Legação existente a tal respeito. Tratou-se acerca de hum outro Officio do mesmo Inspector pedindo que se arbitrasse da conservação das obras publicas a quantos escravos para se fizessem varias obras de obras da Thesouraria, e se resolvesse, que se podessem no secretario CAMEL, e competente Officiarios d'Alfandega se no mesmo tempo, e se fizesse saber ao exterior. Insistiu, que constando, que esse se tem mandado fazer as duas acommodações, e ahi se fizesse a Lei se fizesse que o authorisa para fazer obras em hum Edificio da Proposta Nacional com diâmetro da fazenda Publica, e ahi se fizesse tanto que ainda tinha pendente de desmembra da Comenda a dita sua Officio a semelhante regular. Resolveu-se mais que o mencionado Inspector interino se com effeito deixasse de dar cumprimento a nomenclatura feita pelo mesmo Conselho do Lugar de Thesouraria da Fazenda, e assim que se declare em poder de quem fôr o Corres da Fazenda Publica, e desde quando. Leu-se finalmente hum requerimento de Christovão Pessoa da Sñr. Officio do Lda da Secretaria da Thesouraria da Fazenda pedindo que se lhe arbitrasse o Ordernamento como se lhe compete, e se resolveu que o Sñr. Officio do Lda da Thesouraria da Fazenda para ser accordado de ahi se fizesse da Officio da Lei da Thesouraria do Thesourario. O Sñr. Presidente levantou a Sessão.

Joaquim José Pinheiro de Vasç's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 24 DE
JANEIRO DE 1833

Achando-se presentes o Illm.^a e Exm.^a Sñr. Presidente, e os Sñres. Consr.^s do Governo abaixo assignados foi aberta a Sessão. Sendo lida a acta da antecedente foi aprovada. Foi presente hum Officio do Inspector interino da Thesouraria Innocencio José Galvão no qual, em consequencia da exigência que fôra feita, deo o motivo po que não cumprira a deliberação do Conselho relativamente á nomeação, que este fez para o Lugar de Thesoureiro interino da Fazenda, e tratando-se desde objecto tendo-se em vista tudo quanto tem occorrido a tal respeito, se resolveu que se mandasse proceder criminalmente contra o mesmo Inspector pela formal desobediencia, e abuso de authoridade que cometteo não executando a dita deliberação, e passando de seu arbitrio a proceder na referida nomeação, que fez effectiva. O Sñr. Ferreira de Oliveira foi de voto que se devia esperar pela Resolução do Governo central sobre este facto. O Consr.^s Amaral declarou ser suspeito pelo motivo de ter relações de amizade com o supracitado Inspector. Poz-se á deliberação o requirimento de Joaquim Cajueiro de Campos Professor de Latim de Itaparica pedindo augmento de Ordenado, e se resolveu, que tendo-se mandado executar o Decreto de 25 de d'Outubro de 1831, não tinha a vista delle lugar a pertença do Supp.^s Resolveu-se mais quanto ao requirimento, que foi lido de Firmiano José do Bomfim para que fosse pago dos Ordenados, que como Director dos Indios da Villa de Trancoso, que se deve dirigir á Thesouraria para ser diffidido na forma do art. 95 da Lei de 24 d'Outubro do anno passado, não tendo lugar a continuação do mesmo Ordenado a vista da informação, e da Lei. Resolveu-se igualmente a seguinte: Que fosse nomeado João Manoel de Souza para exercer interinamente a Cadeira de l.^as. letras da Freguisia da Conceição da Praia durante o impedimento do respectivo Professor, que se acha servindo

o Lugar de Juiz de Paz da dita Freguisia, vencendo o competente Ordenado. Que informasse o Inspector interino da Thesouraria acerca do requirimento de Christovão Pessoa da Silva Filho para ser levado ao conhecimento do Governo central relativamente ao Ordenado que requer.

Que ficassem marcados os dias 7 e 8 do corrente para os Exames para a Cadeira de Musica sendo nomeados para Examinadores além de Damião Barbosa, José dos Santos Barreto, e Bernardino de Lima Glz. e que do dia 12 em diante principiassem os Exames dos Candidatos para as Cadeiras de l.^as. letras, que se achão a concurso. Resolveu-se finalmente que as Sessões Ordinarias do Conselho tivessem lugar do dia 5 em diante. O Sñr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretario do Gov.^o fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vas.^os.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferrêira de Oliver.^a
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.

SESSÃO DO DIA 5 DE FEVEREIRO DE 1833

Abrio-se a Sessão presentes o Illm.^a e Exm.^a Sñr. Presidente, e os Sñres. Consros. do Governo abaixo assignados. Lida a acta da Sessão antecedente foi aprovada. Resolveu-se que se fizesse constar ao Inspector interino da Thesouraria, que os Professores de l.^as. letras que não forão aprovados na forma da Lei de 15 d'Outubro de 1827 não se achão nas circumstancias de perceberem os Orde-

Manoel José Figueiredo e Mello.
Joaquim Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.

SESSÃO DO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 1832

Teve principio a Sessão achando-se presentes o Ilmo. e Exm. Sr. Presidente, e os Sres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a acta da Sessão antecedente foi aprovada. Começarão os exames dos concorrentes ás Cadeiras de 1.ªs. letras que tem estado a concurso, e sendo examinados Clodovêo Pereira Rabello e Massa, Francisco José Corte Imperial Filho, Firmino José Alves Gondim, José Emilio Ferreira Nobrega, e Firmino José de Carvalho, forão aprovados com sufficiencia em primeiro lugar Clodovêo Pereira Rabello Massa, e Francisco José Corte Imperial Filho, em segundo Firmino José Alves Gondim, e José Emilio Ferreira Nobrega, e Firmino José de Carvalho simplesmente por não haver respondido ás perguntas que se lhe fiserão sobre Geometria Pratica. O Sñr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que o Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secret. do Gov. Fz. escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

O Ilmo. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que o Antonio Joaquim do Amaral Secret. do Gov. no ill. chagou e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro da Vasca.
João Ladisláo de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Joaquim Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.

SESSÃO DO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 1832

Teve principio a Sessão estando presentes o Ilmo. e Exm. Sr. Presidente, e os Sres. Consr's. do Governo abaixo assignados. Lida a acta da Sessão antecedente foi aprovada. Começarão os exames dos concorrentes ás Cadeiras de 1.ªs. letras que tem estado a concurso, e sendo examinados Clodovêo Pereira Rabello e Massa, Francisco José Corte Imperial Filho, Firmino José Alves Gondim, José Emilio Ferreira Nobrega, e Firmino José de Carvalho, forão aprovados com sufficiencia em primeiro lugar Clodovêo Pereira Rabello Massa, e Francisco José Corte Imperial Filho, em segundo Firmino José Alves Gondim, e José Emilio Ferreira Nobrega, e Firmino José de Carvalho simplesmente por não haver respondido ás perguntas que se lhe fiserão sobre Geometria Pratica. O Sñr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que o Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secret. do Gov. Fz. escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro da Vasca.
João Ladisláo de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Joaquim Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.

SESSÃO DO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 1832

Foi aberta a Sessão achando-se presente o Ilmo. e Exm. Sñr. Presidente, e os Sres. Conselheiros do Governo abaixo assignados.

Lida a acta da Sessão antecedente foi aprovada. Forão examinados os Candidatos ás cadeiras que se achão á con-

... e o mesmo se resolveu em 1.º de Junho de 1827. João
Alvares do Amaral Secretário do Gov. e João Pereira da Silva
Secretário do Conselho de Regência e o Doutor João de Almeida
Secretário do Conselho.

... e o mesmo se resolveu em 1.º de Junho de 1827. João
Alvares do Amaral Secretário do Gov. e João Pereira da Silva
Secretário do Conselho de Regência e o Doutor João de Almeida
Secretário do Conselho.

... e o mesmo se resolveu em 1.º de Junho de 1827. João
Alvares do Amaral Secretário do Gov. e João Pereira da Silva
Secretário do Conselho de Regência e o Doutor João de Almeida
Secretário do Conselho.

Joaquim José Pinheiro de Vasquez.
João Ladislau de Figueiredo e Mello.
Mandel José Gonçalves Pereira.
Joaquim Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.

SESSÃO DO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 1833

... e o mesmo se resolveu em 1.º de Junho de 1827. João
Alvares do Amaral Secretário do Gov. e João Pereira da Silva
Secretário do Conselho de Regência e o Doutor João de Almeida
Secretário do Conselho.

bro de 1827 com os Ordenados marcados no Decreto de 16
de Junho do anno passado, e ficando addiada a delibera-
ção sobre este objecto se resolveu que o mesmo Inspector
informasse 1.º quaes os Ordenados que ora percebem os
Lentes do Collegio Medico-Cirurgico desta Cidade, 2.º Se
as transacções das letras para pagamento da divida externa
se tem constantemente feito precedendo Editaes, ou desde
quando assim se não pratica. Finalmente se resolveu que
se exigisse do referido Inspector da Thezouraria o Ba-
lancete da Receita e Despesa da mesma Thesouraria em o
mes passado. O Sñr. Presidente levantou a Sessão. E para
constar-se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim
Alvares do Amaral Secretário do Gov. fiz escrever, e como
Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vasquez.
João Ladislau de Figueiredo e Mello.
Mandel José Gonçalves Pereira.
Joaquim Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.

SESSÃO DO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 1833

Achando-se reunidos o Illm. e Exm. Sñr. Presidente,
e os Sñres. Conselheiros do Governo abaixo assignados
foi aberta a Sessão. Leu-se a Acta da Sessão antecedente,
e foi aprovada. Foi presente hũa queixa do Jôis Ordina-
rio da Villa de Cairú Francisco José de Faria contra o
Juiz de Paz daquelle lugar Domingos Antunes Brun, e se
resolveu, que informasse o Conselheiro Chanceller da Re-
lação, e bem assim quanto as queixas de João Nepomuceno
d'Araujo Bacellar e José Ferreira d'Almeida contra o

nido pelo seu diminuto ordenado a não ter meios de subsistência, pedindo por tanto, que se igualasse o dito ordenado ao que lhe foi marcado pelo Conselho Geral de Província, e se resolveu, que não cabia nas attribuições do Conselho differir a pertença do Suppe. Os Sres. Consr's. Gonçalves Pereira e Rebouças, e Amaral forão de opinião, que se mandasse pagar ao Suppe. o Ordenado requerido á exemplo do que a da Fazenda praticou com o Porteiro da Alfandega; propondo o Sr. Presidente, que se remetesse a dito requerimento favoravelmente informado ao Governo de S. M. I., assim ficou deliberado. — Recebendo-se participação que o Intendente da Marinha queria fallar ao Sñr. Presidente em Conselho foi interrompida a Sessão, e sendo admitido o mesmo Intendente entregou hum Officio, que foi lido, relativamente á incompetencia da nomeação dada a João Ignacio de Sampaio para servir interinamente o lugar de Contramestre de Carpinteiros do Arsenal da Marinha, ao que ajuntando algumas reflexões verbaes se retirou. E pondo-se á deliberação similhante objecto se resolveu, que a dita nomeação estava no circulo das attribuições do Conselho, que nada havendo a differir podia o mencionado Intendente recorrer ao Governo de S. M. I., conforme expôz. —

Tratou-se do provimento do Officio de Tabellião do Judicial e Notas desta Cidade vago por falecimento de Presidente levantou a Sessão.

E para constar se lavrou a presente acta que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretar*. Jo Gov*. fiz

*Joaquim José Pinheiro de Vasc's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliv'ra.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.*

SESSÃO DE 2 DE MARÇO DE 1853

Conseguiu a Sessão reuñda, a illm. e Excm. Sñr. Presidente, e os Srs. Conselheiros do Gov. illmas assignados. Preside, e aprova a acta da antecedente. Continuam os exames dos Pedagogos e Docentes de 1.ª lettra sendo approvado em segundo grau José Pedro de Souza, Thomaz Henriques dos Santos, e Claudino Pereira Mota. Foi igualmente examinado, e aprovado em mesmo grau Estanislau Cesar de Mello. — O Sñr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretar* do Gov. Ill. escrevi, e li em Conselho com hum assento.

*Joaquim José Pinheiro de Vasc's
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliv'ra.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.*

SESSÃO DO DIA 3 DE MARÇO DE 1853

Desde principio a Sessão estando reuñdos o illm. e Excm. Sñr. Presidente, e os Srs. Conselheiros do Gov. abertos assignados. — Continuam os exames dos Candidatos de Cadeiras de 1.ª lettra, que se acham a concurso, sendo approvado com distincção em segunda grau José Joaquim de Almeida, e Pedro Ror. de Araújo Freire reprovado, por não satisfazer ao que a Lei exige. O Sñr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente Acta, que eu Thomaz de Lins da Costa Carreira

Official maior da Secretaria no impedimento do Secretario
lle escrever.

Joaquim José Pinheiro de Vascs.
João Lathão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Santo-Sé.
Vicente Ferreira de Olier.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.

SESSÃO DO DIA 7 DE MARÇO DE 1833

Foi aberta a Sessão estando presentes o Ilm.^o e
Exm.^o Sr. Presidente, e os Sres. Conselheiros do Go-
verno abaixo assignados. Lida a Acta da Sessão antece-
dente foi aprovada. Tratou-se da reforma do regulamento
para o Serviço das Guardas Nacionais deste Município,
apresentada pelo Commandante Superior interino, a qual
posta á deliberação foi aprovada. Sendo apresentada a
planta, que se mandou tirar do edificio, que se tem pro-
prietado fazer contiguo ao Palacio, se rezolveu que o res-
pectivo Architecto fosse pago do seu trabalho. Pondo-se
á deliberação os requirimentos dos pertendentes ao Offi-
cio de Tabellião do Judicial desta Cidade, que se acha
vago, ficou adiado. Leo-se hum requirimento de Joaquim
da Silva Malta, Juiz de Paz Suplente da Villa nova da
Rainha da Comarca da Jacobina, pedindo providencias
acerca do estado da dita Villa, e retirada do destacamento,
que ali se acha, e se resolveu que devia o suppe. repre-
sentar directamente ao Sr. Presidente. Leo-se igual-
mente hum requirimento de Francisco Antonio das Chagas,
pedindo que, não obstante ser aleijado, seja admittido ao
concurso para hum Cadeira de 1.^a letras, e foi resol-

vido como segue. comparecerem para a dita Commissão em
digo acto os condados de sua jurisdição. Lida a Acta
anterior se resolveu acerca do regulamento de Hygiene
Arborea. Professora de 1.^a letura da Faculdade de Vi-
torina, sobre se alargar a applicação tanto nella pleva a que-
rta malta. Sendo vista a de Gerardo de Almeida de
Almeida e a respectiva qualificação, com prouto o Ilm. Sa-
llo se lida a transcripta dos verbales, e se resolveu
abonar a qualificação de 1805, e por isso se mandou
mexer o Conselho e assignar que com milia lugal e per-
tencas de João Vialla, Rios de Carvalho e Silva para
lle abonar a 1805 como transcripta da mesma. Sendo
lida a lida, visto que se tem recebido que se trans-
cripta da lida transcripta se assignar a quantia de 1.100
2.100.510, e por isso Assignar de Guerra e se resolveu
dela em applicação de 1805. A lida, e se resolveu
Justiça e se resolveu, que se mandou mexer nella mesma
Commissão e lida a lida, e se resolveu a lida. Sendo
vista a lida de Porto Seguro, e lida a lida de 1805.
O Sr. Presidente lida a lida e se resolveu a lida. Sendo
vista a lida a lida, que se Assignar a lida a lida de
Assignar a lida de 1805. Lida a lida, e se resolveu a lida.
Lida a lida, e se resolveu a lida.

Joaquim José Pinheiro de Vascs.
João Lathão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Santo-Sé.
Vicente Ferreira de Olier.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.

SESSÃO DE 2 DE MARÇO DE 1833

Atende-se munido o Ilm.^o e Exm.^o Sr. Presi-
dente, e os Sres. Conselheiros do Governo abaixo assignados.

nados, foi aberta a Sessão. Leo-se a Acta da antecedente, que foi approvada. Foi presente huma queixa do Tabelião do Auditorio da Villa da Maragogipe, João Baptista Pereira Guimarães contra o Juis pela Lei da mesma Villa o Padre Ignacio Aniceto de Sousa, por se achar este exercendo illegalmente o referido Lugar de Juis pela Lei. e o ter criminado injustamente, e se resolveu, que não procedia a queixa avista da resposta do dito Juis, e parecer do Consr. Chanceller da Relação. Foi tambem presente a representação de Frederico Thomaz, em que se queixa da arbitraria prisão, que soffrera nas Cadêas desta Cidade por ordem do Juis de Paz suspenso da Freguisia da Rua do Passo Gervasio de Sousa Vieira, e se resolveu, que não procede a queixa, avista da resposta e observações, que fez o Consr. Chanceller da Relação em seu parecer. Leo-se a representação de João Nepomuceno de Araujo Bacellar Delegado do Juis de Paz da Capella de St.^a Anna dos Olhos d'Agua da Feira, em que se queixa do Juis de Paz daquelle Lugar, por ter feito tomar assento na Mesa Parochial como Secretario, por occasião da Eleição para Juis de Paz, ao Padre Francisco da Silva Moraes, por occasião da Eleição para Juis de Paz, ao Padre Francisco da a maioria d'Assembléa Parochial, e ter admitido á votar nas ditas Eleições a homens criminosos, ameaçando a Assembléa Parochial, e mais excessos pelo dito Juis praticados, e se resolveu, que não procede a queixa do Suppe., avista da resposta do referido Juis, e parecer do Conselheiro Chanceller a tal respeito. Leo-se o requirimento de Luis Fernandes Pereira, e a respresentação da Camara da Villa da Caxoeira, em consequencia d'outra, que lhe fiserão os habitantes e lavradores da Freguisia de S. Estevão de Jacuipé, sobre hum novo caminho, que arbitrariamente fez abrir o Juis de Paz da dita Freguisia Jeronimo Pires Gomes, e resolveu o Conselho, que procedia a queixa contra o dito Juis de Paz, avista dos documentos juntos, resposta do Accusado, e parecer do Consr. Chanceller da Relação, e que por tanto fosse suspenso o supra-

dicto Juis de Paz, e suspendido-se ao Freguesia todos os processos para proceder na Guerra da Lei. — Sobre a de Jeronimo Pires Gomes d'Almeida, em que se queixa do Juis de Paz de S. Anna de S. Maria, José Manoel de S. Baptista, por arbitrariamente praticadas por conselho da dita Camara contra elle Suppe. e Rosa Maria Mangabeira, e resolveu, que não procede a queixa avista da resposta do Accusado, e parecer do Consr. Chanceller. — Sobre a de João Luiz Ribeiro dos Santos, em que pede a Camara do Officio de Regimento do Auditorio da Villa da Maragogipe, se resolveu, que o Suppe. Ignacio de Sousa responde tambem, levando sobre mesa a resposta do respectivo Juis de Paz sobre o mesmo. Reservando-se em do João Fernandes Consr. e de Agostinho João de S. Anna, e 1.^a pedida a Camara do Officio de Regimento do Auditorio do numero do Auditorio da Villa da Maragogipe, e o 2.^a e de igual Officio do Accusado, se resolveu, que se pusesse Provisão ao Suppe., em favor da Lei. — Amaro, se resolveu, que se pusesse Provisão ao Suppe. na favor da Lei. — Sobre a de Pedro da Fozfortuna, em que pede Provisão para servir o Officio de Mercede da Freguisia de St.^a Anna desta Cidade, que se resolveu com Provisão annua, se resolveu, que não deve fazer, por se ter procedido ao Officio de Mercede, que se resolveu e Consr. Chanceller. Acerca dos de José Antonio Gamaes, e de Francisco Caspary de Magalhães, e 1.^a pedida a Camara da Freguesia da Madre de Deus, ou de Maria, e o 2.^a a da Freguesia de S. Paulo, ou de S. Antonio das Imadilações da Villa da Caxoeira, que se acham a concurso, se resolveu, que se Suppe. comparecessem na occasião do exame para serem examinados, caso estarem competentemente habilitados. — Sobre a de Benedito Ladeira, em que se queixa da injusta diffidencia profundiada pela Camara Municipal desta Cidade em seu requirimento, e contra o fisco de propriedade, se resolveu, que não compete ao Conselho diffidir sobre o que o Suppe. requer. — Acerca do de José Nêchio da Silva Pinheiro,

em que se pode ser admitido o exame para a Cadeira de las-
tras da Jacuruna, visto ter excedido a idade de 20 as.,
se resolve, que não tinha lugar ser o Suppe. admitido
sem ter a idade da Lei. — Sobre o do preso do Forte do
Mar.Françes d'Assis Figue, em que pede indemnisação
de servico, que prestou como Enfermeiro dos demais
presos, quando a bordo da Presiganga, foi resolvido, que
não tem lugar a que o Suppe. requer. — Acerca do de
João Pereira Bahia, em que pede a Serventia vitalicia do
Officio de Meirinho da Freguesia de St.^a Anna, se resol-
veu, que se passasse Provisão ao Suppe. avista do que in-
formou o Consr. Chanceller. — Resolveu mais o Conse-
lho sobre o requerimento de Pedro da Bonifortuna, que
pede o Officio de Escrivão do Meirinho da Freguesia da
Penha, que não tem lugar.

Resolveu mais o Conselho, que se passasse Provisão
a Oriaco dos Passos, que pedia a Serventia vitalicia do
Officio de Escrivão do Meirinho de Freguesia da Penha.
— Resolveu-se tambem, acerca do requerimento de Ma-
nuel José da Marinha, pedindo a Serventia vitalicia do
Officio de Meirinho da Freguesia das Brotas, que se lhe
passasse Provisão para o dito Officio, juntando o Suppe.
antes fôrta corrida, e quanto ao de Jose Lourenço de Me-
noret para hum dos Officios de Meirinho, ou de Escri-
vão da Freguesia de St.^a Antonio alem do Carmo, que o
Suppe. satisfaca ao exigido pelo Consr.^o Chanceller na in-
formação junta. — Igualmente foi lido o requerimento de
João Pinto de Borba, em que pedia a Serventia vitalicia
do Officio de Escrivão da Villa de Maragogipe, annexan-
do-se a este o de Secretario da Camara daquela Villa, e
se resolveu, que se passasse Provisão vitalicia para o
Suppe. servir unicamente o de Escrivão de Orfãos, avista
do parecer do Consr.^o Chanceller a tal respeito. — Le-
rão-se finalmente os requirimentos de Pedro Alexandrino
de Oliveira, e de Joaquim Barbosa Mello Cundurú, pe-
dindo o 1.^o, a Serventia vitalicia do Officio de Tabelião
Escrivão de Orfãos, o Director dos Indios da Villa de

Santarem, e o 2.^o, a do de Tabelião de Escrivão, ambos
Cives e Tabelhões do Julgado de Pauris, sendo resolvido,
que informasse o Consr.^o Chanceller a municipalidade respec-
tiva. — O Consr. Presidente levantou a Sessão. — E para
comisar se fizesse a presente Acta, que se levantou
Tern da Cida Comarca Officiai Manoel de Secretaria no
impedimento do Tabelião da Sessão.

João José Pereira de Paiva,
João Baptista da Alameda e Mello
Manoel José Gonçalves Pereira
Joaquim Nogueira de Santa-Cruz
Vicente Ferreira de Mello
Antonio Joaquim Alves de Almeida
Antonio Pereira Figueira
Theodorico José de Castro

SESSÃO DO DIA 12 DE MARÇO DE 1883

Presidência do Excm.^o Sr. Presidente, e os Consr. Desembargadores do Co-
legio, e os Juizes de Direito, e os Juizes de Facto, e os Juizes de Paz,
antecedente foi approvada. Tratou-se acerca de ter sido ab-
solutamente a tranquillidade publica alterada, e sendo provisto,
que o Comandante Geral das Guardas Municipaes perma-
nente Amestado Francisco de Menezes Dornas ao dila o
Corpo de seu dilação pe dando por sua lugar a que fosse
investido o Quartel da Cavalaria se resolveu, que fosse
demandado do dila Comandante do Regimento do Art. 4.^o do De-
creto de 22 d'Outubro de 1881, ficando interinamente
comandante o 1.^o Comandante da 1.^a Companhia do me-
mo Corpo Manoel Coelho de Almeida Gaud.

Da mesma forma se resolveu, que fosse substituido pelo
o 1.^o Comandante da Cavalaria José Francisco de
Pinho por não ser pronto no cumprimento dos seus deveres,
emoo o 2.^o Comandante da Infantaria Nicolau Carneiro
da Rocha, substituido o 1.^o por Francisco Rôla Gomes de

Souza, que deve passar a tomar o Commando da Companhia de Cavalaria, e o 2.º pelo Alferes Francisco de Paula Argolo cumprindo, que sejam chamados dos Corpos de Linha o Tenente Lasaro Vieira do Amaral para servir interinamente de 2.º Commandante em hum das Companhias de Infantaria, e o Alferes José Ignacio da Costa Barros para servir de 2.º Commandante na Cavalaria. — Sendo presentes os requerimentos dos Pertendentes ao Officio de Tabelião do Judicial e Notas desta Cidade de que tem propriedade Gonçalo Germano da Silva, pôz-se á deliberação 1.ª si o Proprietario tinha direito de nomear Serventuário para o seu Officio todas as vezes que legalmente vagasse por falta do Serventuário vitalicio, e se resolveu pela afirmativa, vencendo-se por quatro votos contra dois, 2.ª si a Proenração dada a José do O. Freire, sendo geral e por hum carta de ordens, que conferia poderes especiais para a dita nomeação, hera legal; e se resolveu pela afirmativa pela maioria de quatro votos contra dois, 3.ª, e finalmente si José Tavares de Oliveira nomeado pelo Procurador se achava nas circunstanças de exercer o dito Officio, e resolvendo-se pela afirmativa por igual numero de votos se mandou passar o competente titulo. O Sñr. Consr. Sento-Sé declarou ter sempre votado pela negativa. O Sñr. Presidente levantou a Sessão.

E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral fiz escrever, e como Conselheiro assignei.

*Joaquim José Pinheiro de Vasc's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.
Innocencio José de Castro*

SESSÃO DO DIA 21 DE MARÇO DE 1833

Remidos o Ilm.º e Exm.º Sñr. Presidente, e os Sñres. Conselheiros do Governo abaixo assignados foi lida e aprovada a acta da Sessão antecedente. — Teve lugar a continuação dos exames dos Concurrerentes ás Cadeiras de primeiras letras sendo aprovados os seguintes: o Padre Antonio Muniz Barreto com sufficiencia em primeiro gráu, José Luis Franco, e Manoel Joaquim Sampaio com sufficiencia em segundo gráu, e José Bernardino da Franca simplesmente em terceiro gráu. — O Sñr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente Acta, que eu Bernardino Luis da Costa Carneiro Official Maior da Secretaria fiz escrever.

*Joaquim José Pinheiro de Vasc's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Antonio Pereira Rebouças.
Innocencio José de Castro*

SESSÃO DO DIA 23 DE MARÇO DE 1833

Estando presentes o Ilm.º e Exm.º Sñr. Presidente, e os Sñres. Consr.ºs. do Governo abaixo assignados teve principio a Sessão, e lida a acta da antecedente foi aprovada. Tratou-se sobre os attribuições que tiveram lugar na Villa Nova da Rainha participados pela Camara da mesma Villa, Juizes Ordinario e de Paz Suplente, e Tenente Coronel Ignacio Joaquim Pitombo, expondo todas estas Authoridades que hum grupo de homens armados atacarão aquella Villa entrando debaixo de fogo, por essa occasião

por maioria de votos, que fosse provido no dito Officio Manoel José d'Almeida Couto Official de Bofete da extincta Thesouraria das Tropas, sendo indifiridos os requirimentos dos mais pertendentes. — Resolven mais o Conselho, que se communicasse ao Inspector da Thesouraria da Fazenda que fizesse cumprir o Artigo 1.º da Lei de 14 de Junho de 1831 para que se não paguem os Ordenados das Cadeiras de Conegos que se achão vagas, e bem assim se resolveu finalmente em difirimento ao requirimento de Antonio Pedroso d'Albuquerque, que se lhe concedesse o pequeno espaço de terreno da Marinha, que se acha devoluto contiguo ao em que está edificando, ficando sujeito ao fóro que se arbitrar, e a observar restrictamente o risco da Camara Municipal. Estando a finalizar os dois meses de Sessão ordinaria do Conselho, se deliberou que fosse prorogada visto a affluencia de negocios que havião a tratar. O Sñr. Presidente levantou a Sessão. E para consttar se lavrou a prezente acta que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretº. do Govº. fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vascs.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Olierº.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Innocencio José de Castro.

SESSÃO DE 11 D'ABRIL DE 1833

Foi aberta a Sessão ahandoc-se presentes o Illmº. e Exmº. Sñr. Presidente, e os Sñres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a Acta da antecedente foi aprovada. Foi presente hum Officio do Inspector interino

acta que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretr. do Gov. fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vas's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes do Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliver.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Innocencio José de Castro.

SESSÃO DO DIA 16 D'ABRIL DE 1833

Teve principio a Sessão reunidos o Illm. e Exm. Snr. Presidente, e os Srs. Conselheiros do Governo abaixo assignados, e sendo lida a Acta da antecedente foi aprovada. — Continuarão os exames dos Pertendentes ás Cadeiras de Las letras em concurso, e forão aprovados, segundo o voto dos respectivos Examinadores plenamente em primeiro grão José Rangel Turury, Felix Henrique de Sousa, Lino Reginaldo Alvim, e Carlos Ferreira de Sousa, com preferencia os primeiros dois aos segundos.

O Snr. Presidente levantou a Sessão. E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretr. do Gov. fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vas's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes do Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliver.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Innocencio José de Castro.

SESSÃO DO DIA 18 D'ABRIL DE 1833

Teve principio a Sessão reunidos o Illm. e Exm. Snr. Presidente, e os Srs. Conselheiros do Governo abaixo assignados, e sendo lida a Acta da antecedente foi aprovada. — Continuarão os exames dos Pertendentes ás Cadeiras de Las letras em concurso, e forão aprovados, segundo o voto dos respectivos Examinadores plenamente em primeiro grão José Rangel Turury, Felix Henrique de Sousa, Lino Reginaldo Alvim, e Carlos Ferreira de Sousa, com preferencia os primeiros dois aos segundos.

Joaquim José Pinheiro de Vas's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes do Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliver.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Innocencio José de Castro.

SESSÃO DO DIA 20 D'ABRIL DE 1833

Teve principio a Sessão reunidos o Illm. e Exm. Snr. Presidente, e os Srs. Conselheiros do Governo abaixo assignados, e sendo lida a Acta da antecedente foi aprovada. — Continuarão os exames dos Pertendentes ás Cadeiras de Las letras em concurso, e forão aprovados, segundo o voto dos respectivos Examinadores plenamente em primeiro grão José Rangel Turury, Felix Henrique de Sousa, Lino Reginaldo Alvim, e Carlos Ferreira de Sousa, com preferencia os primeiros dois aos segundos.

SESSÃO DO DIA 23 DE ABRIL DE 1833

Remos o Illm.^e e Exm.^a Sñr. Presidente, e os Sñres. Conselheiros do Governo abaixo assignados, começou a Sessão. Lida a Acta da antecedente ficou aprovada. Continuando os exames dos Candidatos para as Cadeiras de Poetas á concurso foram approvados em 1.^o grão Manoel Rymisbau d'Almada, e Luis Gomes Tourinho da Silva Junior; o Poeta Rodrigo Jose da Rocha em 2.^o grão, e João Dias Florence Junior reprovado por não satisfazer ao que a Lei exige. Resolveu-se sobre a queixa do Consul Frances contra o Juiz de Paz da Freguesia de S. Pedro velho, que não havia crime pelo qual devesse o dito Juiz ser processado, não se podendo todavia negar, que por hum excesso de zelo, não fôra por elle bem tratado o Commandante da Curveta de Guerra Francesa, o que convinha evitar para o futuro. O Sñr. Presidente levantou a Sessão.

Em Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretr.^o do Gov.^o lida a presente acta, que como Conselheiro também assignei.

Faltão
os Sñres.
Ladislão
e Castro.

*Joaquim José Pinheiro de Vasç's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira do Olivo.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Innocencio José de Castro.*

SESSÃO DO DIA 27 D'ABRIL DE 1833

Estarão presentes o Illm.^e e Exm.^a Sñr. Presidente, e os Sñres. Conselheiros do Governo abaixo assignados foi aberta a Sessão,

Lida e approvada a Acta da antecedente, expoz-se ao Sñr. Presidente tudo quanto tem occorrido sobre a da sublegação dos Prinos de Justiça da Freguesia de Mda. que houve pelo caso a hora da tarde pouco mais ou menos se apresentando della, bem como da Barra Castreja de regulo, e apresentando-se em posição hostil o Conselho a favor o que convinha adoptar, e sobre a qual, em lugar de Bandeira Imperial corre com o nome pelo Brazil, es no mado e ome a uma dos lados, interpondo com fôro de pago e pondo a appessem as Illustrações de mandamentos, que por aqello paxoção, e não da sua Paróquia, E sendo assim presentes todas as providencias, que são feitas no bem duto para garantir os Rebellões a ordem, e manter a tranquillidade publica, de modo a fazer a guilherme das requisições feitas por alguns Juizes de Paz que na execução do Art. 21 da Lei de 27 d'Outubro de 1823 se ordenasse ao Commandante das Armas, que quizesse a força armada para receber concessão aqella comitancia, e aqella a que, sem elles se dispuzesse da força marinha. ficando de parte do Sñr. Presidente o mandado para, e os mandamentos necessários a qnta da Fazenda Publica, e em os mais providencias, que entender couzarem para que seja sufficientemente no Com. paxoção e recebendo a publico de qnto. O Sñr. Presidente levantou a Sessão.

E pela ordem se levara a presente acta, que em Antonio Joaquim Alvares do Amaral foi secrerar e como Conselheiro também assignei.

Faltão
o Sñr.
Ladislão

*Joaquim José Pinheiro de Vasç's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.*

Vicente Ferreira de Olier'.
Antonio Joaquim Alvares da Amaral.
Innocência José de Castro.

SESSÃO DO DIA 7 DE MAIO DE 1835

Admitem-se Sessão presentes o Humm' e Exm' Sâr. Presidente, e os Sares, Conselheiros do Governo abaixo assennados. Lida a Acta da antecedente foi aprovada. Poz-se a deliberação hum requirimento de Pedro Weyll em que lhe ver que a quantia de 100\$ rs. arbitrada para indemnização do trabalho que teve para fesar a planta, e Orçamento do Edifício contiguo ao Palácio do Governo não heva sufficiente, e se resolveu que fosse pago da quantia de Duzentos e quarenta mil reis em vez daquella. Leo-se hum Officio do Inspector interino da Thesouraria expondo a necessidade de se separarem as operações do Cofre do Depósito Publico de da Thesouraria da Fazenda conforme se acha authorisado pelo Decreto de 25 d'Abril do anno passado, e Portaria do Tribunal de 24 de Janeiro do mesmo anno, e foi resolvido que o dito Inspetor propozesse os individuos que tenham as qualidades necessarias para occupar os lugares de Thesoureiro, e Escrivão dos Depósitos declarando os vencim'ts. que devem ter, e quaes os que recebem os actuaes. Tratou-se da necessidade de se crear mais huma companhia de Guardas Municipaes permanentes para a policia da Cidade, e manter a tranquillidade publica, e se resolveu, que se criasse a dita Companhia de infantaria, a qual se deve aquartelar no Convento do Carmo, sendo nomeados para 1.º Comandante della o Tenente de 1.ª Linha Martinho Baptista Tamarindo, e para 2.º Comandante o 2.º Tenente d'Artilharia Joaquim Pessoa da Silva. — A'final tomarão-se alguns apontamentos acerca da divisão dos termos, e comarcas para execução do Codigo, e ficou ste objecto addiado. O Sâr. Presidente levantou a

Sessão tendo-se por annullada a de 5 de Maio de Ordens do presente anno.

F. para o presente se julga em pratica a acta, que em sessão de 14 de Maio de 1835 se deu, da Com. da Prov. de Pernambuco, e sendo Chanceler a seguinte:

João de Deus Pereira de Sá.
João de Deus Pereira de Sá.
João de Deus Pereira de Sá.
João de Deus Pereira de Sá.
João de Deus Pereira de Sá.
João de Deus Pereira de Sá.
João de Deus Pereira de Sá.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 10 DE MAIO DE 1835

Se abrem a Sessão quando presente o Humm' e Exm' Sâr. Presidente, e os Sares, Conselheiros do Governo abaixo assennados. Lida a Acta da antecedente foi aprovada. Poz-se a deliberação hum requirimento de Pedro Weyll em que lhe ver que a quantia de 100\$ rs. arbitrada para indemnização do trabalho que teve para fesar a planta, e Orçamento do Edifício contiguo ao Palácio do Governo não heva sufficiente, e se resolveu que fosse pago da quantia de Duzentos e quarenta mil reis em vez daquella. Leo-se hum Officio do Inspector interino da Thesouraria expondo a necessidade de se separarem as operações do Cofre do Depósito Publico de da Thesouraria da Fazenda conforme se acha authorisado pelo Decreto de 25 d'Abril do anno passado, e Portaria do Tribunal de 24 de Janeiro do mesmo anno, e foi resolvido que o dito Inspetor propozesse os individuos que tenham as qualidades necessarias para occupar os lugares de Thesoureiro, e Escrivão dos Depósitos declarando os vencim'ts. que devem ter, e quaes os que recebem os actuaes. Tratou-se da necessidade de se crear mais huma companhia de Guardas Municipaes permanentes para a policia da Cidade, e manter a tranquillidade publica, e se resolveu, que se criasse a dita Companhia de infantaria, a qual se deve aquartelar no Convento do Carmo, sendo nomeados para 1.º Comandante della o Tenente de 1.ª Linha Martinho Baptista Tamarindo, e para 2.º Comandante o 2.º Tenente d'Artilharia Joaquim Pessoa da Silva. — A'final tomarão-se alguns apontamentos acerca da divisão dos termos, e comarcas para execução do Codigo, e ficou ste objecto addiado. O Sâr. Presidente levantou a

hendendo, e tendo por limites as duas Freguisias de St. Antonio de Jequiricá, e Estiva, que ficão por isso desmembradas do Termo da Villa da Valença: O de Canavieiras, comprehendendo, e tendo por limites as Povoações de Una, Paripe, Poxim, Comandatuba, e Jacaré, que todas ficão por isso desanexadas da Villa dos Ilhéos: O do Joazeiro, abeira do Rio de S. Francisco, que fica por isso desanexado de Sento-Sé, comprehendendo, e tendo por limites as trez Freguisias de S. José das Itaporocas, a do Pedrão, e a do Camizão, que ficão por isso desanexadas da Villa da Caxoeira: O de Santa Cruz, que fica por isso desanexado do Termo da Villa de Porto Seguro, comprehendendo e tendo por limites huma legoa para o Sul a dividir com Porto Seguro, e cinco para o Norte a dividir com Belmonte: 3.ª. Que ficassem subdivididas em treze Comarcas as cinco de que actualmente se compoem a Província; pela maneira seguinte: A Comarca da Cidade, comprehendendo o Termo da mesma Cidade, e o da Villa d'Abrantes, acrescentado com as tres Freguisias de Montegordo, Torre, e S. João da Matta: A de Itapicuri de cima, comprehendendo os Termos das Villas do Conde, Abbadia, Inhambupe, Itapicuri de cima, Soire, Agoa-fria, Pombal, Mirandella, e Jeremoabo: A de Santo Amaro, comprehendendo os Termos das duas Villas de Santo Amaro, e S. Francisco: A da Caxoeira, comprehendendo os Termos das Villas de Caxoeira, Pedra branca, Maragôpe, e Feira de Santa Anna: A de Nazareth, comprehendendo os Termos das Villas de Itaparica, Jagoaripá, e Nazareth: A do Rio de S. Francisco, comprehendendo os Termos das Villas da Barra, Campo largo, Pilão arcade, e Carinhonha: A de Sento-Sé, comprehendendo os Termos de Sento-Sé, Chique-Chique, e Joazeiro: A de Jacobina, comprehendendo os Termos da Villa Nova da Rainha, Pambú, e Villa velha da Jacobina: A de Minas do Rio de Contas, comprehendendo os Termos de Urubú, Macaúbas, Caetitê, e Rio de Contas: A de Valença, comprehendendo os Termos das Villas de Jequiricá, Valença, Cairú, San-

tarem, e Jequié: A dos Ilhéos, comprehendendo os Termos das Villas de Camamú, Barcellos, Marahú, Barra do Rio de Contas, Ilheos, Olivença, e Canavieiras: A de Porto Seguro, comprehendendo os Termos das Villas de Belmonte, Santa Cruz, Porto Seguro, Villa Verde, e Trancoso: A de Caravellas, comprehendendo os Termos das Villas do Prado, Alcobaça, Caravellas, Viçosa, e Porto Alegre. — O Sr. Presidente levantou a Sessão. —

E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretario do Governo fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

*Joaquim José Pinheiro de Vasçs.
João Ladislão de Figueiredo e Mello,
Manoel José Gonçalves Pereira,
Justino Nunes de Sento-Sé,
Vicente Ferreira de Oliveira,
Antonio Joaquim Alvares do Amaral,
Innocencio José de Castro.*

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 11 DE MAIO DE 1833

Foi aberta a Sessão achando-se presentes o Illm. e Exm.º Sr. Presidente, e os Snrs. Consr.ºs, do Governo abaixo assignados. Sendo lida a Acta da antecedente foi approvada. Tiverão lugar os exames para as cadeiras de primeiras letras, que se achão á concurso, sendo examinados Joaquim Daniel de Faria, e Manoel Joaquim Pereira de Figueiredo, foi aprovado aquelle em prim.º gráu, e este reprovado como consta do respectivo parecer. — Passando-se a tratar do expediente foi resolvido o seguinte: Que á vista de hum Officio da Camara Municipal d'esta Cidade se expedissem as Ordens necessarias para que nas Escolas de 1.ªs. letras não hajão jamais feriados nas 5.ªs. feiras, devendo as ferias do Natal começar em 20

Juiz de Direito do Crim. chamado João Gomes, que residia então na mesma Cidade, ser o Chefe da Policia da Comarca, ou Jurisdicção Criminal na referida Cidade, e em Teresopolis, e em outras, não offerecer Jurisdicção criminal na Cidade, e em Teresopolis, como na Villa d'Almeida, que deverá pertencer ao nome ordenado pelo Código, e onde sera igualmente a Jurisdicção Civil que pela Disposição provisoria acerca da Administração da Justiça Civil fica assignada. Que para igualmente designados dois Juizes de Direito do Civil, os quaes terão por attribuição a Cidade, e em Teresopolis, e nelle concorrência simultaneamente a Jurisdicção Civil que fica competir conforme o Artigo 13 da Disposição provisoria acerca da Administração da Justiça Civil, que assigna uma em cada uma das outras duas Comarcas, assim Juiz de Direito para a Jurisdicção Civil, e Criminal que fica competir pelo Código do Paes da Confederação, e Disposição provisoria acerca da Administração da Justiça Civil.

A Juntada-se a todos os Magistrados que haviam occupar os ditos lugares, confiou-se del authorizando pelo T. J. com as Instruções que he variaveis o Decreto de 13 de Dezembro de anno passado, se resolveu mais o seguinte: Que o Dr. José Glt. Moreira assumo o cargo de Juiz de Direito da Comarca, e assim a assignar o lugar de Juiz de Direito da Comarca e Chefe da Policia, e o Dr. Cassiano Sylvestre de Silva assumo o de Juiz de Direito, o outro lugar de Juiz de Direito da Cidade tres jurisdicção criminal, e civil na Villa d'Almeida. Que o Dr. Tito Alexandre Cardoso de Mello o Promotor José Calisto Neto passara a servir no lugar de Juiz de Direito do Crim. da Cidade, e seu Terceiro um Juiz de Direito criminal, e que bem assim fizessem outros os outros lugares de Juiz de Direito os seguintes: Da Comarca da Caserta, o actual Juiz de Pêra daquelle Villa, o Sr. João Heriberto d'Oliveira; Da Comarca do Rio de Janeiro, o actual Juiz de Pêra daquelle Villa, o Sr. Antonio Alves dos Santos, no mesmo grão com louvor Bernardino José d'Almeida, e em segundo grão Romão Gomes

quim Pedro da Costa Lobo: Da Comarca do Rio de S. Francisco, o actual Ouvidor da mesma Comarca José Glt. Gomes: Da Comarca de Valença, o actual Ouvidor da Comarca dos Ilheos José Emidio dos Santos Toirinho. — Pondo-se á deliberação a proposta do numero, e Ordenados dos Empregados da Thezouraria a Provincia, remetida pelo respectivo Inspector na forma do Artigo 54 da Carta de Lei de 4 de d'Outubro de 1831, resolveu á final o Conselho, que não se conformava com a dita Proposta á vista das razões que se expenderão, e que o numero, e Ordenados fossem os mesmos que foram marcados para a Thezouraria da Provincia do Rio de Janeiro. O Sr. Presidente levantou a Sessão. — E para constar se lavrou a presente acta, que em Antonio Alvares do Amaral Secretrio do Governo fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vascs.
João Ladisláo de Figueiredo e Mello.
Monog José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sá.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Innocencio José de Castro.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 18 DE MAIO DE 1833

Reunidos o Ilmm.^e e Exm.^o Sr. Presidente, e os Snres. Conselheiros do Governo abaixo assignados teve principio a Sessão. — Sendo lida a Acta da Sessão antecedente foi aprovada. — Teve lugar a continuação dos exames dos pertendentes ás Cadeiras de 1.^{as} letras que estão em concurso, sendo aprovados em primeiro grão Estanislau Alves dos Santos, no mesmo grão com louvor Bernardino José d'Almeida, e em segundo grão Romão Gomes

Heio Joaquin Alvares do Amaral Secretario do Gov.
faz escrever, e como Conselho, tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vasca.
João Ladisláo de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Innocencio José de Castro.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 25 DE
MAIO DE 1833

Terceiro principio a Sessão reunidos o Ilm.^o e Exm.^o Sñr. Presidente, e os Sñres. Conselheiros do Governo abaixo assignados, começou a Sessão. Sendo lida a Acta da Sessão antecedente foi aprovada. Continuando os exames dos Concurrentes as Cadeiras de 1.^a Letras em concurso, foram approvados Joaquin de Barros Souza, e Manoel Francisco Houga Lello na primeira e 2.^a e Joaquin Pinheiro da Fonteira, e Thomez Trancoso dos Santos Unidosão na segunda grau, comtudo comta foi respectiva. Termos. — O Sñr. Presidente levantou a Sessão. —

E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretario do Gov.^o fiz escrever, e como Conselho, tambem assignei.

Palacio
de Pres.
Ladisláo.
de Castro.

Joaquim José Pinheiro de Vasca.
João Ladisláo de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Innocencio José de Castro.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 30 DE
MAIO DE 1833

Estando presentes o Ilm.^o e Exm.^o Sñr. Presidente, e os Sñres. Conselheiros do Governo abaixo assignados, começou a Sessão. Sendo lida a Acta da Sessão antecedente foi aprovada. Teve lugar a continuação dos exames dos Pertendentes as Cadeiras de 1.^a Letras em concurso, e ficarão approvados segundo o voto dos respectivos Examinadores Desiderio Machado Velloso, Placido d'Oliveira Pinto, e Joaquim Gileno de Mesquita em primeiro gráu, e João Bernardo Vieira em segundo gráu. — Foi lida a Proposta da Camara Municipal desta Cidade para Juizes Municipal e de Orfãos, e Promotor em observancia doCodigo do Processo, e foram nomeados para o primeiro lugar o Bacharel José Alvares da Cruz Rios Filho, para o segundo o Doutor Amancio João Pereira de Andrade, e para o terceiro o Bacharel Manoel Joaquim de Mattos. — O Sñr. Presidente levantou a Sessão. —

E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretr.^o do Gov.^o fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vasca.
João Ladisláo de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Innocencio José de Castro.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 1.^o DE
JUNHO DE 1833

Reunidos o Ilm.^o e Exm.^o Sñr. Presidente, e os Sñres. Consr's, do Governo abaixo assignados foi aberta a Ses-

tanto lugar a pertença do Suppe. — Os Snres. Conselheiros Ladislão, Ferreira de Oliveira, e Amaral declararam terem votado a favor do mesmo Suppe, por entenderem que a Lei não authorisa a divisão de Offícios, e que continuando nos mais lugares a estarem unidos os ditos Offícios servindo hum só, não he admissivel excepção por que a Camara em falta de Secretario nomeou quem servisse este Emprego na forma da Lei do 1.º d'Outubro de 1828, e bem assim o Juiz de Orlãos na falta de Escrivão. Resolveu-se sobre o requerimento de João Pereira Bahia pedindo a serventia vitalicia do Officio de Official de Justiça da Relação que se lhe passasse Provisão á vista da nomeação que obteve do Conselheiro Presidente da Relação. Lendo-se os requerimentos de Luis Alves Borges, e Anacleto José de Carvalho pedindo a Serventia vitalicia do Lugar de Meirinho da Alfandega, se resolveu que não tinha lugar por ora, e que se officiasse ao Governo Imperial pedindo esclarecimento acerca de existir, ou não proprietario deste Officio, e do de Provedor da mesma Alfandega, ao que se oppôs o Sr. Consr. Sento-Sé. Resolveu-se mais o seguinte: Que na conformidade do Decreto de 11 de Novembro de 1831 se arbitrasse a Frei Luis de St.ª Theresia Lente Publico de Theologia o Ordenado annual de 400\$ rs. em lugar de 240\$ rs., defirindo-se assim o seu requerimento. Que sobre os requerimentos de Eliseo Elias de Mello, e Mattos, e Joaquim Antonio da Silva Carvalhal pedindo provimento de lugares da Mesa de Diversas Rendas, devem taes lugares ser providos na forma o Regulamento mandado executar pelo Decreto de 26 de Março do corrente anno. — Sobre humra replica de João Baptista Pereira Guimaraens relativamente á queixa que fez do Juiz Ordinario de Maragogipe o Padre Ignacio Aniceto de Souza, que devia subsistir a deliberação já tomada a semilhante respeito, e bem assim acerca do requerimento de João Vieira Roiz. de Carvalho, e Silva sobre o Soldo que já pertendeu como Empregado da extincta Secretaria Militar. Que quanto o requerimento de Feliciano Teixeira

de Maia requerendo a Provisão que lhe fora outorgada, que deve repôr a decisão da H.ª Municipal pelo Juiz Ordinario. A respeito do requerimento do Conselheiro José Elia Peixos da Silva pedindo ser nomeado substituto da Cadeira de Medicina applicada ao Arm. que se tem de criar, que deve ser provida a mesma Cadeira em concurso. Sobre o requerimento de Guilherme Xavier offerecendo poder honra honra de Armamento, que não tinha lugar. Finalmente acerca do requerimento de Simeão Baptista Barboza pedindo ser dispensado da servir a pagamento de doctos pelo Officio de Jurisconsulto, e Consulente Asessorio, que o Suppe. se devia dirigir ao Intendente da Thesouraria da Fazenda. O Sr. Presidente declarou a Sessão. — E para omissão de todos os assuntos nome. pto. do Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretario da C.ª. da Camara, e do Sr. Conselheiro Presidente da Sessão.

Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos
João Leonardo de Figueiredo e Mello
Manoel José Gonçalves Pereira
Antonio Antonio de Sousa
Vicente Ferreira de Albuquerque
Antonio Joaquim Moraes de Albuquerque

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 6 DE
JUNHO DE 1832

Estando reunidos o Ilmo. e Excm. S.ªs. presidente, e os Sares. Conselheiros do Governo alicado, a sessão principiou a Sessão. Lida a Acta da antecedente foi approvada. — Confirmação os exames dos Con. artentes da Cadeira de Ins. lras., sendo approvados simplesmente Victorio da Silveira Pinto, e Manoel de Mattos. M.ª. da. — Foi igualmente examinada Francisco Alz.ª. da. Rosa Presidente, e Oppositor a Cadeira de Latin da Villa de

Carreiras, e satisfazendo amplamente a quanto se exige, foram aprovadas. O Sr. Presidente levantou a Sessão. — E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretr. do Gov. fiz escrever, e como Conselheiro também assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vascs.
João Ladislau de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 11 DE
JUNHO DE 1833

Deo-se principio á Sessão achando-se presentes o Illm. e Exm. Sr. Presidente, e os Sres. Consros. do Gov. abaixo assignados. Lida a acta da antecedente foi aprovada. — Foi presente hum requerimento dos Officiaes Militares desta Provincia acompanhado de Officio do Commandante das Armas para que fossem elles pagos dos seus Soldos em moeda metalica, e se resolveu, avista da informação que deo o Inspector da Thesouraria, que se lhes pagasse na mesma especie em que se realisarem os prets dos Soldados. — Sendo apresentadas as Propostas de Juizes, e Promotores para as Villas de Maragogipe, e Jaguaripe, na forma doCodigo de Processo, se resolveu que fossem nomeados quanto á 1.ª para Juiz Municipal Antonio Joaquim de Oliveira, para Juiz de Orfãos Joaquim Antonio Correia de Araujo, e para Promotor Antonio Joaquim Corrêa de Araujo, e quanto á 2.ª para Juiz Municipal Joaquim José Pinto Chichorro, para Juiz de Orfãos Manoel Thomaz Vinhas, e para Promotor Antonio Manoel de Souza. — Forão presentes as contas da despesa feita

fora a compra de livros para a Bibliotheca, e outra feita na Casa da Littera, e se resolveu, que se aboassera as mesmas contas, procedendo o Conselheiro relator, e pagando-se o expediente, a saber de Livros pela Comprehensão da Bibliotheca, e o mais pela das Obras publicas. — Da mesma forma se resolveu, que se aboassera as contas apresentadas pelo Lente de Agricultura da Academia de Leitura Publica e seu fargo poremido e o mesmo relator entregando-se-lhe ao mesmo tempo a quantia de 2.000 rs. da Designação das Obras publicas para a factura de hum distincto para depositos das aguas, cobrindo da mesma, e outras obras. — Resolveu-se finalmente, diffinindo-se o requirimento de Francisco Fernandes de Mattos, que no Juiz de Direito Chefe de Policia compete pedir o Jaz de Sento-Sé. — O Sr. Presidente levantou a Sessão. — E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretr. do Gov. fiz escrever, e como Conselheiro também assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vascs.
João Ladislau de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 15 DE
JUNHO DE 1833

Foi aberta a Sessão reunidos o Illm. e Exm. Sr. Presidente, e os Sres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a Acta da Sessão antecedente foi aprovada. Teve lugar a continuação dos enenias dos Pertendentes das Cadeiras de 1.ª letras em concurso, e foram aprovados Hermes Corrêa de Moraes, e Ponciano José

de Alouba em primeiro gráu preferido o 1.º ao 2.º, e José Francisco Soares, e Manoel Muniz de Sousa em segundo gráu, conforme o voto dos respectivos Examinadores. — O Sñr. President levantou a Sessão. — E para constar se lavrou a prezente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretº. do Govº fiz escrever, e como Conselheiro também assignei.

*Joaquim José Pinheiro de Vasçs.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Olivº.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.*

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 18 DE
JUNHO DE 1833

Abrio-se a Sessão achando-se presentes o Ilmº. e Exmº. Sñr. Presidente, e os Sñres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Sendo lida a Acta da antecedente foi approvada. — Tratou-se acerca da obra do concerto da Igreja do Collegio, e se resolveu, que fosse encarregado da sua direcção o Tenente Paulo Luis de Menezes, que ora exerce o Lugar de Ajudante do Director do Arsenal de Guerra vencendo a gratificação mensal de 50\$ rs. paga pela Consignação das Obras publicas, ficando desligado do dito Arsenal em quanto durasse esta incumbencia, pelo que devia ser nomeado hum Official que interinamente ali o substituisse com a respectiva gratificação; e se resolveu mais que da mesma Consignação se posesse á disposição do dito Tenente a quantia de 4.000\$ rs. para encomenda, e compra de materiaes para se principiar aquella obra, bem como que se desse á Camara Municipal a somma de 8.000\$ rs. para a obra da segurança da mon-

teira Brasileira, que na forma das ordens estabelecidas se fizesse pela Thesauraria da Fazenda as despezas com as quantias necessárias nos 15 1.º 2.º 3.º 6.º 7.º 8.º 10.º 11.º e 12.º da Lei do Orçamento para o anno seguinte proximo. Em consequencia da proposta feita pelo Camara Municipal da Villa de S. Francisco foram nomeados para Juiz Municipal da mesma Villa Francisco Vicente Vianna, para Juiz de Officio Christovão Manoel Barreto Barbalha, e para Promotor Publico Francisco Manoel de Carvajal. — Sobre hum requerimento de Antonio Joaquim Monteiro queixando-se por não ter sido contemplado na dita proposta, se resolveu, que adida da disposição não tinha lugar, bem como que a respeito do requerimento de João Joaquim da Silva mostrando o direito que tinha, ser contemplada na designação dos Juizes de Direito por se considerar Magistrado da Provincia, devia requerer ao Governo de S. M. L. visto não estar o Suppl. em exercicio como Magistrado. — Resolveu-se que nos processos as queixas de Caetano Alves de Sousa, e Manoel Pinto Rangel contra o Juiz de Paz da Freguesia de Itapirica Francisco Xavier de Barros Calvão acerca das respostas deste, e parecer do Camara, Presidente da Relação, sendo a do 1.º sobre ter o dito Juiz violado de noite o adão a sua casa, e o do 2.º acerca da falta que houvera em humo porção de dinheiro de cobrar que era sua propriedade. — Sendo presente o requerimento de Nicolau Soares Telesmino pedindo a serventia vitalicia do Officio de Guarda da Alfandega, se resolveu, que então tinha lugar, e bem assim os requerimentos de Antonio da Costa Rod. e de João Evangelista Dantas, pedindo o 1.º a serventia vitalicia do Officio de Medirinho, e o 2.º de Requerente Advogado; e se resolveu igualmente quanto aos requerimentos de José Antonio Lisboa, e José Amaro Tupinamba, que precedem a informação exigida na informação do Camara Presbitero da Relação. Finalmente sendo lida a informação dada pelo Exmº Arcebispo acerca da primeira requerida pelo Padre José da Costa Viegas da Freguesia do Pilar, se resolveu, tanto

Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira do Olier.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 22 DE
JUNHO DE 1833

Começou a Sessão reunidos o Hm^o. e Exm^o. Sñr. Presidente, e os Snres. Cons^os. do Governo abaixo assignados. — Lida a Acta da antecedente foi aprovada. — Tratou-se da maneira por que se devia dar começo ao Edificio contiguo ao palacio deste Governo conforme a Planta já tirada, e resolveo, que fosse o Tenente Paulo Luis de Meneses encarregado igualmente desta obra segundo a mesma Planta, sendo para isso fornecido dos dinheiros presentes pela competente Consignação. Em consequencia da Proposta da Camara Municipal da Villa de Nazareth forão nomeados para Juiz Municipal Luis Rodriguez Prates, para Juiz de Orfãos Francisco José dos Santos Andrade, e para Promotor Publico Antonio Pereira Barreto. — Tese lugar igual nomeação para a Villa de Camamu sob Proposta da respectiva Camara, á saber: Para Juiz Municipal Raimundo Monteiro de Mattos, para Juiz de Orfãos Leonardo Affonso Monteiro, para Promotor Publico Manoel Roiz, Landim. — A vista de hum Officio da Camara Municipal desta Cidade se resolveo, que fosse nomeado Joaquim Roiz de Souza para o emprego de Promotor Publico em lugar de Manoel Joaquim de Mattos, que se escusara de o servir. — Chegando ao conhecimento do Cons^o. a existencia de hum Cofre que ainda havia com a denominação de Defesa Publica creado em o tempo dos Capitães Generaes, aonde se arrecadavão alguns dinheiros para compra de petrexos de Guerra, se resolveo, que a Thesouraria da Fazenda tomasse

conta do mesmo Cofre, bem como ahi se examinasse o que conviesse a bem da mesma Fazenda principalmente quanto ás tranzações feitas com a somma, que existia em Inglaterra, remetendo-se os esclarecimentos que forão presentes; e bem assim foi deliberado que as contas, e papeis relativos á Bibliotheca publica, que existião em poder do fallecido Manoel José de Mello passassem á mesma Thesouraria aonde tambem se procederá ao exame que convier. — E como tambem constasse, que a cargo do mesmo fallecido Mello paravão papeis, e contas pertencentes ao Theatro conforme já se representou, se resolveo, que fossem presentes todos os esclarecimentos acerca do estabelecimento do mesmo Theatro, afim de se deliberar. — Resolveo-se mais o seguinte, que não tinha lugar o requerimento de Francisco Pereira Dutra queixando-se da Camara Municipal de Nazareth o não ter contemplado na Proposta dos Juizes do seu Municipio, que se arbitrasse ao Cirurgião da Enfermaria do Arceal da Marinha João Baptista dos Anjos o vencimento mensal de 25\$ rs. sendo assim deferido o seu requerimento, que quanto á queixa de José Dias de Castro contra a Camara de Maragogipe, recorresse á mesma Camara á vista de sua propria informação, e caso esta o não diffirisse se dirigisse ao Conselho Geral da Provincia, que não competia ao Cons^o. defirir de André Avelino Pereira sobre o Comando de huma Barca, que devia subsistir a deliberação já tomada acerca do pagamento da gratificação para alugueis das casas dos Professores de l^{as}. letras, sendo assim despachado o respectivo requerimento, quanto ao requerimento dos Carcereiros das Cadeias desta Cidade, e de Maragogipe pedindo arbitramento de Ordenado, que não hera applicavel o Decreto de 7 d'Agosto do anno passado por ser relativo á Provincia de Pernambuco. — Sobre huma representação em nome de varios Negociantes desta Cidade a respeito dos procedimentos do Juiz de Paz da Conceição da Praia, e do respectivo Fiscal relativamente á execução de huma Postura

— A Câmara que recebeu a porta cerrada e finalmente abriu os requerimentos de Manoel Naves da Silva, e João Manoel de Costa Pereira, e o Conselho de Câmara Municipal de Nassau por meio do Advogado Victor Barro de Sá, e do Advogado, que informou a mesma Câmara. — O Sr. Presidente levantou a Sessão.

E para constar de tudo, a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretário do Gov. In terpretou, e todo o Conselho também assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vasq's.
João Ladislão de Pigueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliver'.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 25 DE JUNHO DE 1833

Foi aberta a Sessão e estiveram presentes o Ilm.^o e Exm.^o Sr. Provedor, e os Srs. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a acta da antecedente foi approvada. Posteriormente com Officio da Mesa da Casa de Moeda, e do Conselho Municipal, em que impossibilitados, que estava de ordem de pagar a uma pessoa de fidejussão para o que só podia deduzir a quantia de 2000\$000 annuaes, e de mais das razões que se expõem, se resolveu, que se desse annualmente a mesma Mesa mais a quantia de 4000\$000, além dos 2000\$000, e se concedesse para alguns indivíduos a concessão do que fustide, e extrato dos mesmos prezos, e de mais da a fazer a uma carta que offerece. — Resolvido em tal a seguinte, sobre os requerimentos de Nicolito Soares Teodoro, e Antonio José Pereira, pedindo Provisões

vitalicias para os Officios, que servem de Guardas da Alfandega; que se dirijão ao Provedor respectivo para lhes conferir Titulos interinos: que, a respeito dos requerimentos de José Roiz da Costa, José Joaquim de St.^a, Anna, José Ribeiro Brandão, e Manoel da Silva, e Azevedo pedindo hum Lugar de Guarda da mesma Alfandega, que se acha vago requerirão ao referido Provedor, e finalmente, que se passem Provisões vitalicias a Antonio Izidoro dos Santos Marques para Tabelião, e Escrivão de Orfãos da Villa d'Abrantes, e a Manoel José Pereira Caldas Junior para hum ds Officios de Escrivães de appellações, que fôra da Ouvedoria Geral do Cível da propriedade de Manoel Moreira Lirio. — O Sr. Presidente levantou a Sessão. — E para constar se lavrou a presente acta que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretario do Gov.^o fiz escrever, e como Conselheiro também assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vasq's.
João Ladislão de Pigueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliver'.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 27 DE JUNHO DE 1833

Começou a Sessão reunidos o Ilm.^o e Exm.^o Presidente, e os Srs. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a acta da antecedente foi approvada. — Continuarão os exames para as Cadeiras de 1.^{as} letras em concurso, sendo aprovados Modesto Theobaldo da Silva em 1.^o grão, e João Albano de Souza, e Emigidio Siqueira Santos em 2.^o, e Francisco José da Silva reprovado por não satisfazer ao que exige a Lei.

Foi pedida a Tabela de subscricção feita pelo Inspector da Thesouraria das praias das Ilhas, e entregue para o Senador Vellozo, e tratando-se deste objecto, foi resolvido que fossem aduadas do modo seguinte 3.ª Ilha no valor de 200 rs., e para a subscricção de cada vara, e assim da mesma Ilha 160 rs., 40 rs. pela 1.ª de póo alto para os doze, e 300 rs. para Forquilha. — O Sr. Presidente levantou a Sessão.

E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral, Secretario do Gov.^o, fiz escrever, e como Conselheiro, também assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vas.^o
João Ladislau de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 6 DE
JULHO DE 1833

Presencia o Ilm.^o Excm.^o Sr. Presidente, e os Senhores Conselheiros do Governo abaixo assignados, foi aberta a Sessão. Tratando-se de consignar quantia para concerto das Matrizes do presente anno financeiro como pede o art.^o 44 da Lei de 24 d' Outubro do anno passado, e se resolveu, que se applicasse para o dito fim a quantia de 10.000 rs. sendo distribuida sob archaamento dado pela 1.^a Authoridade Ecclesiastica. Foi approvada a proposta para Vigario da Freguesia de Maré na pessoa de Manoel Bento da Cunha. — Resolveu-se avisar de hum Officio que foi presente do Deputado Antonio Fernandes da Silveira, que a Camara da Villa de Itapicuru

propusesse hum individuo para ter cuidado na Casa que se mandou fazer para os Banhos das Agoas thermaes, e bem assim a gratificação que deverá ter. — Em consequencia das propostas feitas pelas Camaras das Villas da Caxoeira, e Itapicuru foram nomeados, quanto a 1.^a, para Juiz Municipal Francisco Borges de Figueiredo, para Juiz de Orfãos José Ferreira Souto, e para Promotor Publico José Borges, e a respeito da 2.^a para Juiz Municipal Luis Gonzaga da Silva, para Juiz de Orfãos Valentim da Silva Mattos, e para Promotor Publico Joaquim Baptista Ferreira. — Sobre hum requerimento que foi lido de Joaquim Francisco Moreira acêrca de não o ter a Camara da Caxoeira contemplado na Proposta dos Juizes em 1.^o lugar, e pedindo ser preferido, se resolveu, que não havia que decidir. Não tendo o Promotor Publico nomeado para este Municipio acertado o dito lugar, como constou por Officio da Camara, se resolveu que fosse nomeado o ultimo proposto. — Deliberou-se a respeito de hum requerimento de Ignacio José Aprigio da Fonseca Galvão, que o Suppe. sirva, não só de Escrivão privativo das Execuções crimes, como que entre na distribuição dos mais feitos, que se tratarem perante o Juiz Municipal. — Resolveu-se finalmente, que se mandassem passar Provisões vitaliãs a José Maria Lapa para Meirinho da Relação, e a Manoel Francisco do Espirito Santo para Tabelião da Villa de Abbadia. — O snr. Presidente levantou a Sessão. — E para constar se lavrou a presente acta que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral, Secr.^o do Gov.^o Gov.^o fiz escrever, e como Conselheiro também assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vas.^o
João Ladislau de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê.
Vicente Ferreira de Oliveira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 6
JULHO DE 1831

Deo-se principio a Sessão reunidos o Ilm.^o e Exm.^o Sr. Presidente, e os Sres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. Lida a Acta da Sessão anterior, sendo approvada. — Tratando-se do provimento das Cadeiras de Letra, foi resolvido que se distribuissem aos Examinados pela maneira seguinte, e se lhes conferissem os competentes titulos, avista da approvação que merecerão na forma da Lei. A dos Mares a Manoel Francisco Borges Leitão. A de St.^o Antonio da Barra a Hermes Corrêa de Moraes. A da Madre de Deos a José Rangel Turury. A do Povoado de S. José a Deziderio Machado Veloso. A de Nossa Senhora da Escada a Felix Henrique de Souza. A de Mapendipe a Luis Gomes Tourinho da Silva. A da Villa de Nazareth a Clodoveo Pereira Rabello. A de Taperoá a Antonio Muniz Barreto. A da Conceição de Nazareth a Bernardino Affonso Martagão. A da Jacoruna a Luis Reginaldo Alvim. A de S. Felix a Malaquias Ribeiro da Silva. A de Monte Gordo a Joaquim Gilson de Misquita. A de St.^o Amaro da Ipitanga

Joaquim José Pinheiro de Vascs.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê
Vicente Ferreira de Oliver.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 2 DE
JULHO DE 1833

Reunidos presentes o Ilm.^o e Exm.^o Sr. Presidente, e os Sres. Conselheiros do Governo abaixo assignados para a Sessão. Lida a Acta da Sessão antecedente foi approvada. — Tratando-se do provimento das Cadeiras de Letra, foi resolvido que se distribuissem aos Examinados pela maneira seguinte, e se lhes conferissem os competentes titulos, avista da approvação que merecerão na forma da Lei. A dos Mares a Manoel Francisco Borges Leitão. A de St.^o Antonio da Barra a Hermes Corrêa de Moraes. A da Madre de Deos a José Rangel Turury. A do Povoado de S. José a Deziderio Machado Veloso. A de Nossa Senhora da Escada a Felix Henrique de Souza. A de Mapendipe a Luis Gomes Tourinho da Silva. A da Villa de Nazareth a Clodoveo Pereira Rabello. A de Taperoá a Antonio Muniz Barreto. A da Conceição de Nazareth a Bernardino Affonso Martagão. A da Jacoruna a Luis Reginaldo Alvim. A de S. Felix a Malaquias Ribeiro da Silva. A de Monte Gordo a Joaquim Gilson de Misquita. A de St.^o Amaro da Ipitanga

Emprego; resolveo o Conselho que a referida Camara fizesse nova proposta. — O Snr. Presidente levantou a Sessão. — E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secreir.^a do Gov.^o fiz escrever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vascs.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sê
Vicente Ferreira de Oliver.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 11 DE
JULHO DE 1833

Deo-se principio á Sessão reunidos o Ilm.^o e Exm.^o Sr. Presidente, e os Sres. Conselheiros do Governo abaixo assignados. — Lida a Acta da antecedente foi approvada. — Tratando-se do provimento, que ficara addiado, das Cadeiras de Letra, foi resolvido que se distribuissem aos Examinados pela maneira seguinte, e se lhes conferissem os competentes titulos, avista da approvação que merecerão na forma da Lei. A dos Mares a Manoel Francisco Borges Leitão. A de St.^o Antonio da Barra a Hermes Corrêa de Moraes. A da Madre de Deos a José Rangel Turury. A do Povoado de S. José a Deziderio Machado Veloso. A de Nossa Senhora da Escada a Felix Henrique de Souza. A de Mapendipe a Luis Gomes Tourinho da Silva. A da Villa de Nazareth a Clodoveo Pereira Rabello. A de Taperoá a Antonio Muniz Barreto. A da Conceição de Nazareth a Bernardino Affonso Martagão. A da Jacoruna a Luis Reginaldo Alvim. A de S. Felix a Malaquias Ribeiro da Silva. A de Monte Gordo a Joaquim Gilson de Misquita. A de St.^o Amaro da Ipitanga

Carlos Ferreira de Sousa. A de Azeitão a Pedro Vieira
dos Santos. A de St. Gonçalo dos Campos a Antonio Car-
los de Jesus. A de Trancoso a Fernando de Menezes
Mota. A do Socorro a Joaquim do Bairro Nival. A da
Igreja a Joaquim Manoel de Paula. A de Vello Vieira a
Pedro José Mendes. A de Villa Verde a Manoel Teo-
doro d'Almeida. A da Torre a Joaquim Barroa de Me-
lles. A de Hucapira a Thomeo Francisco de Matos. A
da Encarnação a Joaquim Gonçalves Pereira. A de Jo-
quima a Theodorico Alves dos Santos. A de Alagoinhas
a Joaquim da Silva Carneiro. A do Rio Grande a Ma-
celo Francisco Pinto. A de Maragogitimo a Antonio
Luis Ladeira. A de St. Francisco de Jacupe a João Ma-
nuel de Sousa. A de Apore a Modesto Theodorico da Silva.
A do Estreito a Manoel Martins Valverde. A do Cabito
a José Luis Pereira. A da Velha Boçipa a Ignacio José
da Costa Camillo. A da Poçua a José Manoel Ro-
drigues da Silva. A da Capela a José Joaquim d'Almeida.
A da Serra do St. Anna a Manoel Joaquim Sampaio. A
da Foz da Corvoa a Thomeo Joaquim Terras. A da
Lagoa a Claudio Pereira Maria. A de Edra a Rodrigo
José da Costa. A de Camocim a Theodorico Sampaio
Pinto. A da Casimiro a José Paulo Francisco Nobrega. A do
Jirivóto a Theodorico Carlos de Mello. A do Moito a
José Paulo de Sousa. A da Capela das Mezes a Theodorico
Francisco dos Santos. A de Barra-Sé a Paulo José Jan-
telho. A da Cruz das Albas a Manoel Francisco de
Reis. A da Alca de St. Felis a Manoel Nunes de
Souza. A de Maré a José Francisco Soares. A da Barra
Jesus de Rio de Onda a Victorino de Nascimento Pinto.
A da Villa do Prado a Antonio Ignácio Nunes. A de
Barra Alegre a Thomeo Teixeira dos Santos. A da Villa
do Conde a João Albano de Sousa. A de Barcellos a
Antonio Gonçalves da Silva. A de Igarapuna a Antonio
Francisco da Cunha. A de St. Anna da Camisão a An-
tônio Frederico de Moura. A de Trancoso a João Dourado
Vieira. A de Soeira a Joaquim Damasceno de Sousa. A de

Oliveira a Romão Gomes de Alexandria. A d'Agôa-Brã
a Antonio Martins Fontes. A de Mirandella a Antonio
de Castro Silveira. A da Pedra branca a José Bernardino
de França. A do Tucano a Luis Ferreira Braga. A de
Pombal a Joaquim Pereira d'Afonseca. A do Joazeiro a
Manoel de Mello Afonso. A de Filão-Arcado a Luis Si-
moens Ferreira. A da Capella do Padre Mathcos a Ma-
noel Antonio do Valle. — Resolveo mais o Conselho que
continuassem a estar em concurso as outras Cadeiras ainda
não providas. — O Sñr. Presidente levantou a Sessão. —
E para constar se lavrou a presente acta, que em Antonio
Joaquim Alvares do Amaral Secretario do Gov^o. fiz es-
crever, e como Conselheiro tambem assignei.

Joaquim José Pinheiro de Vas's.
João Ladislão de Figueiredo e Mello.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes de Sento-Sé.
Vicente Ferreira de Olier.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.

SESSÃO EXTRAORDINARIA DO DIA 13
DE JULHO DE 1833

Abrio-se a Sessão estando presentes o Ilun^o. e Exm^o.
Sñr. Presidente, e os Sñres. Consr's. do Governo abaixo
assignados. Lida a acta da antecedente foi aprovada. Foi
presente a informação que deo a Camara Municipal da
Villa de St. Amaro sobre o requerimento do Bacharel
Luis Soares de Queiroz sem que se queixava da maneira
por que foi feita a Proposta pela mesma Camara para
Juizes Municipal, e de Orfãos, e se resolveo avista da
dita informação, que nada havia a diffirir. Em consequen-
cia forão nomeados em virtude da dita Proposta para Juizes

se julgassem necessárias a fim de impedir qualquer tentativa, sem que todavia se saia da orbita das Leis, dando-se de tudo conta á Regencia, e officiendo-se á Mesma que o de tudo conta á Regencia, e officiendo-se á Mesma que Governo da Provincia está firme em repellir qualquer necessario que a Regencia faça por habilitar o Governo da Nosso Imperador o Sñr. D. Pedro 2.º, sendo alem disso necessario que a Regencia faça por abitar o Governo da Provincia para as medidas extraordinarias que as sobre-ditas informações exigem. Avista da informação dada pela Camara Municipal desta Cidade foi resolvido, que dos vinte Destrictos, que forão marcados, se formasse duas Juntas de Paz com doze reuniões cada hum por anno; tendo lugar a primeira que comprehende os Destrictos da Sé, os da Praia, os de S. Pedro, os da Vitoria, e o 1.º Destricto de St. Anna nos 1.ºs dias de cada mez na Casa da Camara, e a segunda comprehendendo o 2.º Destricto de St. Anna, o da Rua do Paço, os das Brotas, os de St. Antonio, os do Pilar, e os da Penha nos dias 15 na Casa da Correção da Fortaleza de St. Antonio alem do Carmo. Em consequencia de Proposta da Camara Municipal da Villa de Inhambupe forão nomeados para Juiz Municipal José Baptista Ferreira para Juiz de Orfãos José Bonifacio da Costa, e para Promotor José Quilino Dorea, e se resolveo, que houvesse huma Junta de Paz no lugar da Villa com seis reuniões por anno de dois em dois meses. Leo-se hum Officio da Faculdade de Medicina instando para lhe ser dada a Botica do Collegio, e se resolveo, que devia prevalecer a deliberação já tomada a este respeito pelas razões que a motivarão. Sendo lida huma replica de Ignacio José Aprigio da Fonseca Galvão acerca da resolução tomada sobre o seu Officio de Escrivão do Juizo do Crime, se deliberou avista do que de novo foi ponderado, que o Suppe. entre na distribuição dos mais Escrivães que servem com as primeiras Varas do Crime, Cível, e Municipal, servindo de Escrivão das Execuções aquelle que tiver sido certo no Processo, e quanto aos demais aquelle dos

ditos Destrictos a que por distribuição toco, observando-se o mesmo quanto nos Processos todos dos Officios de Juizes na conformidade do Art. 23 do Titulo Unico da Imperioal Proclamação acerca da Administração de Justiça Civil. Resolveo mais o Conselho o seguinte: Que fosse promido na Cadeia de Prinos da Villa da Barra Grande Leão da Santa Repinto avista do requerimento de João de Aguiar a informação dada pelo Comandante das Armas sobre a requisição de Angelo Espinosa, o Suppe. sendo preta como brasileiro, deve dirigir-se ao mesmo Comandante das Armas a respeito do preço de Sangue de que se trata. Que não tinha pago o requerimento de João de Deus Telles de Moraes pedindo o Officio de Escrivão de Provedoria da Villa da Paripireti. Que se pedissem Provisões cíveis do Officio de Provedor do Auditorio da Villa da Casimira, a Clemente José Teixeira Pinanga avista da informação do respectivo Juiz de Direito, e a Manoel Gomes d'Oliveira para igual Officio na Villa de St. Amaro sobre o que também se formou o Juiz competente. Que quanto ao requerimento de João de Caramella e Valenciellos pedindo ser Escrivão do Alcaide da Villa da Caxoeira, requerease ao Juiz Municipal da terra do Codão. Que quanto aos requerimentos de alguns Professores de 1.ª Letra ultimamente pedidos, pedindo tomar suas Cadeiras por lhes ser mais convenientes humas do que outras, o Sñr. Presidente lhes offerece como achasse justo. — O mesmo Sñr. Presidente levantou a Sessão. — E para constar se lavrou a presente acta, que eu Antonio Joaquim Alvares do Amaral Secretario do Gov. da escrevi, e como Conselheiro tambem assignei.

Falou

o Sr.

Castro.

Joachim José Pinheiro de Vasconcelos

Manoel José Gonçalves Pereira

Justino Nunes de Santo-Sil

Francisco Barreira de Oliveira

do se pretende levantar, ou de novo crear nas margens do Rio Pardo, e lugar da Caxoeirinha. Termo da Villa de Canavieiras, se resolveo, que tal pertença não he da competência do Conselho. — Foi lido o requerimento de Antonio d'Araujo Alz. queixando-se da Camara Municipal da Villa do Inhambupe o ter excluido da nomeação dos Juizes Municipal, e de Orfãos, e se resolveo que não havia que diffirir. — Leo-se o requerimento do Padre Pedro Vieira dos Santos pedindo escusa da Cadeira de las. le- tras da Villa de Abrantes para que fôra provido, e se resolveo que se aceitasse a escusa do Suppe. — Leo-se tam- bém o de Antonio Roiz, de Sousa Professor de Las le- tras de Pirajá pedindo permuta para a de St.^a Anna do Camarão, e se resolveo, que não tinha lugar a permuta re- querida. Também se resolveo que não havia que diffirir acerca do requerimento de varios Professores de Las le- tras em que pedião o Ordenado de 300\$000 rs. marcado no Decreto de 16 de Junho do anno passado independent- te de serem obrigados a novo exame, bem como a res- peito do dos Empregados do Arsenal de Guerra pedindo augmento de Ordenado. — Leo-se mais o de Manoel Gal- drino de Figueredo Guarda Madeira do Arsenal da Mari- nha d'esta Cidade, em que pedia se lhe marcasse o seu jornal diariamente, ou augmentasse o que actualmente recebe, e resolveo o Cons.^a, que lhe não competia diffirir a semelhante respeito, assim como sobre a representação dos moradores da Povoação de Una, na qual, queixando- se da falta que tem da Administração dos Sacramentos, pedem se erija aquella Povoação em Freguesia, se resol- veo, que os Suppes, devião dirigir-se ao Conselho Geral de Prova. — Quanto á do Padre Simião José de Sousa Coadjutor da Matriz da Villa de Jaguaripe, em que ex- pondo o estado de ruina daquella dita Matriz, pede hum quantitativo para o concerto della, se resolveo, que o Su- ppe se dirigisse á Sua Ex.^a Reverendissima; e a respeito do requerimento de Manoel da Silva Alvares, morador na Povoação de Canavieiras, o qual pertendendo explorar a

mineração, a margem do Rio parde, dando o lugar deno- minado Urodelônia, e a margem do mesmo Rio, pede para isso humo alvará de cunha pela Thesouraria da Re- senda sendo por elle pendida, se attribuem semelhante explora- ção, reboteira e Cong.^a, que informam a Camara Mu- nicipal da nova Villa de Canavieiras, sobre a utilidade do Suppe, e utilidade que pode resultar ao Publico da ex- ploração pretendida. — O Sr. Presidente levantou a Sessão.

*João de Foz Pinheiro de Paes,
Manoel José Gonçalves Pereira,
João de Barros de Santa-St.
Vicente Ferreira de Ovar.*

SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 30 DE JULHO DE 1833

Presentes o Ilm.^o e Exm.^o Sr. Presidente, e os Sres. Conses. do Governo aliaes e estrangeiros foi aberta a Sessão. Lida a Acta da antecedente foi aprovada. Tra- tou-se acerca do destino, que deviam ter os papéis que dizem respeito á antiga Administração do Theatro, os quaes se achão em poder da Viuva do fallecido Manoel José de Meilo, e se resolveo, que fossem recolhidos á Secretaria do Governo até ulterior destino. — Defferebto-se acima de hum Officio do Director do Arsenal de Guerra, que pela Thesouraria da Resenda se ponha em leilão publico para ser vendida a Casa de Polveira do Mailão, bem como para ser arrendada a Casa de Sobrado contigua ao Quartel de Cavalaria pertencente aos Tropas Nacionais, determi- nando-se que os Artigos existentes no mesmo Arsenal se ponhão por elle mesmo em arrematação para serem ven- didos na forma da Lei do Organismo sendo presente a Procuressa da Camara da Villa d'Agua-fria forão nomeada

para Juiz Municipal Manoel José Vieira, para Juiz de Orfãos Manoel Carlos de Saraiva Belfort, e para Promotor Público José Joaquim Pitombo, resolvendo-se que as Cartas pertencentes aos Proprios Nacionais, determinando-se que os Artigos existentes no mesmo Arcaçal se pudessem por ali mesmo em arrematação para serem vendidos na forma da Lei do Orçamento. Sendo presente a Proposta da Camara da Villa d'Agua-fria foram nomeados para Juiz Municipal Manoel José Vieira, para Juiz de Orfãos Manoel Carlos de Saraiva Belfort, e para Promotor Público quatro membros por anno de Junta de Paz no lugar da Villa. — Foram igualmente nomeados á vista da Proposta da Camara de Santarem para Juiz Municipal da dita Villa José Joaquim Teixeira Gondim, para Juiz de Orfãos Joaquim Pinto de Oliveira, e para Promotor Público Saturnino Máz. Ferreira. — Tendo-se escusado o Juiz Municipal e Promotor nomeados para a Villa de Jaguarij foram nomeados para o 1.º Emprego Claudio José de Oliveira, e para Promotor José Aracaboba Tapinambá. — Resolveu-se em consequencia de hum Offício do Inspector interino da Thesouraria, que se mande fazer o pequeno concerto que se precisa no Edifício da Casa da Moeda, bem como que se fizesse a limpeza da ferramenta sendo abonada esta despesa. — Foi igualmente recebido a respeito do que representou o dito Inspector relativamente á gratificação de 100\$ rs. por anno que vence o Official Maior da Thesouraria Chritovão Pessoa da Silva Junior, que se lhe continua a abonar em attenção ao trabalho que lhe he acrescido pela Caixa de Amortização até ulterior deliberação do Thesouro a quem se deve Officiar a semelhante respeito. Leo-se o requerimento de José Jeronymo Gomes sobre lhe ser restituída a importancia de humm siza que havia pago, o que lhe foi negado pela Thesouraria, e se resolveo, que não compete ao Conselho, e finalmente que se passe Provisão vitalicia a João Baptista Bahiense do Offício de Requerente da Villa de Sr. Amaro, á vista da informação. — O Sñr. Presidente levantou a

Sessão. — E para constar se lavrou a presente acta, que em addição Joaquim Alvares do Amaral Secretario do Gov. fis crever e como Conselheiro tambem assignel.

Joaquim José Loureiro da Paiz.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Justino Nunes da Costa-2.º.
Vicente Ferreira de Ode.
Vicente Ferreira de Ode.

125
SESSÃO EXTRAORDINARIA DE 12 DE
AGOSTO DE 1833

Reunidos o Ilust. e Excm. Sñr. Presidente e os Sñrs. Conselheiros do Governo, plauso designados, abriram a Sessão. Lida a acta da anterior se foi approvada. Tratou-se do provimento da Cadeira de Desenho que caber a concurso, e achado esse trabalho que o candidato os Pertencentes José Roiz Nunes, Joaquim José de Rosa Rêta, e Bento José Kupin Cap. — e a dita se o do corrente, e finalmente hez confyrm e approv que se publicasse, foi resolveo, que se confyrm a Cadeira a José Roiz Nunes, que já se achava em exercicio da mesma como Lente Substituto, que havia sido se resolveo, que fosse confyrmado a Joaquim José de Rosa Rêta para ser Concorrentes arbitrando-se o Ordenado de 400\$ rs. em validade do Decreto de 11 de Novembro de 1831, que fez extensão a todas as Provincias do Imperio e de 25 de Junho do dito anno, com obrigação de dar o mesmo tratamento aos respectivos Alunos duas licenças por Sessão de Metologia e Osteologia applicada no Desenho. O Sñr. Presidente levantou a Sessão, e se derão por concluidos os trabalhos do presente Conselho para entrarem em exercicio os Membros novamente eidos na forma da Lei de 20 d'Octobre de 1833. — E para constar se lavrou a seguinte acta, que em Ad-

tonio Joaquim Alvares do Amaral Secretario do Gov.^o, lize
escrever. #

Joaquim José Pinheiro de Vasc^o.
Manoel José Gonçalves Pereira.
Antonio Joaquim Alvares do Amaral.
Innocencio José de Castro.
Justino Nunes de Sento-Sé.

HERALDICA BAHIANA

Genealogia dos Monizes

Confrontando e estudando o livro da Chancellaria de D. João, de Portugal, a Historia Insulana do Padre Cordeiro é um manuscripto antiquissimo, neste Archivo existente, cabe juntar na Genealogia dos Monizes ao que foi publicado na "Bahia Illustrada" n. 2, anno de 1918, o que segue em vista do alludido manuscripto, cujo títuloahi vae adiante, e do qual constam referencias daquella Historia Insulana.

Título desse manuscripto.—No cartorio da Ouvidoria Geral do Crime, de que é Escrivão José de Souza Coelho, nos autos de libello crime e civil em que é auctor Francisco Moniz Barreto Corte Real contra Francisco Gonçalves Chaves e tem um appenso com varios documentos e o segundo documento consta ser um instrumento passado por Bartholomeu Angelo Escopei na Cidade de Lisboa, e tirado do documento que passou José Freire de Montaroso Mascarenhas em 15 de Setembro de 1741, reportando-se aos seus nobiliarios que tinha das Familias do Reino de Portugal, na título dos Monizes com as declarações seguintes; a começar de Henrique Moniz.

Segundo o livro da Chancellaria, não vale a emenda Vasto Gil Moniz casado com D. Leonor de Lusignan, é filho Henrique Moniz, cuja descendencia é a seguinte, conforme a citada Historia Insulana e o mencionado manuscripto.

Henrique Moniz, chamado o velho Alcaide mór da cidade de Divisa, fidalgo da Casa do Rey D. Afonso 5.^o, progenitor de todos os Monizes illustres deste Reino e de

... e a filha de D. João de Sousa Barreto, Alcaide-mór de Porto Fidalgo da Casa Real e do Conselho d'El Rei, da qual se desposou a mencionada, e de sua mulher D. Joana de Almeida, filha de D. Pedro de Almeida, Conde de Vila Real e Duque de Aveiro, Herdeiro da Vila de Crato, de quem foram descendentes os herdeiros duques de Aveiro e os Marqueses de Vila Real e Casim, e a mãe entre dos grandes Senhores de São Paulo.

Foi pai de Guilherme Moniz Barreto, natural do Reino de Alentejo, Fidalgo da Casa Real e irmão de Vasco Martins Moniz, padeiro dos Reis de Angola e ascendente dos Marqueses de Angola e Mariaiva e de outros grandes señores do Reino e de sua mulher D. Joana Côrte Real, filha de João Vaz da Costa, Côrte Real, Capitão de Comenda de Alentejo dos Príncipes Mores do Alentejo de Thomaz e Silva, que descendiam do grande D. Rodrigo, que passou ao primeiro Rei D. Afonso Henriques a nomear Lisboa. Era Fidalgo da Casa Real o Patriarca e o do Infante D. Fernando, irmão do Rei D. Afonso V, e pai d'El Rei D. Manuel, Senhor e Capitão de Alentejo e da Ilha Terceira, irmão de Vasco da Gama, da Costa Real, Fidalgo da Casa do Rei D. Manoel e do seu Conselho. Vozes da sua Casa, Alcaide-mór do Rio de São Paulo, e Príncipe do Marquês de Castello Branco, grande de Espanha e em Portugal os Marqueses de Vila Rica e os Fidalgo de S. Vicente e os Perceiros de São Paulo.

Deu Guilherme Moniz Barreto a filho Sebastião Moniz, filho, natural do Reino de Alentejo, Fidalgo da Casa Real e do Conselho d'El Rei, da qual se desposou a mencionada, e de sua mulher D. Joana de Almeida, filha de D. Pedro de Almeida, Conde de Vila Real e Duque de Aveiro, Herdeiro da Vila de Crato, de quem foram descendentes os herdeiros duques de Aveiro e os Marqueses de Vila Real e Casim, e a mãe entre dos grandes Senhores de São Paulo.

D. Joana de Silva era filha de ... e de D. Isabel de Maronha.

De Sebastião Moniz é filho Guilherme Moniz, com o mesmo nome do Avô, morgado e moço fidalgo da Casa de S. Magestade, Casou com D. Margarida de Souza, filha de Simão de Souza, e de sua mulher D. Antonia de Souza, pessoas nobres e principaes da Ilha Terceira.

De Guilherme Moniz é filho Francisco Moniz Barreto e Silva, morgado e moço fidalgo, pai de Manoel da Silva Moniz, morgado, cujo filho teve o mesmo nome de seu visavô e quarto avô, Guilherme Moniz, de quem são filhos — o morgado João Moniz, conego segundo a Historia Insulana, a quem succedeu seu irmão Francisco Moniz Barreto, Sebastião Moniz, moço fidalgo, que casou com D. Brítez Bherens, e deste casal nasceu o morgado João Bherens que falleceu sem filhos e lhe succedeu seu irmão Diogo Moniz Barreto, que se cognominara o Moço, casou com D. Margarida Pamplona de Miranda, filha de João Pamplona de Miranda e sua mulher D. Maria da Silveira, pessoas fidalgas e mui conhecidas por taes na Ilha Terceira, dissipou a casa e deixou varios filhos.

Teve mais o dito Guilherme Moniz um filho chamado Henrique Moniz Barreto, que casou com sua prima D. Maria Violante, filha do sobredito Francisco Moniz Barreto e Silva.

Foi igualmente o Pai de Antonio Moniz Barreto conhecido na historia pela denominação de

famoso da Índia. — Lá casou e, entre outros postos, foi Governador na Praça de Macau.

Egualmente foi o dito Guilherme Moniz pai de Egas Moniz Barreto, que casou com D. Maria da Silveira, e deixando a Ilha Terceira, veio para a Bahia, legando-lhe a importante Famillia conforme vem descripto na Bahia Illustrada.

Do seu irmão, Francisco Moniz Barreto, trata o citado manuscrito nos seguintes termos:

Francisco Moniz Barreto, Capitão de Infantaria na cidade da Bahia, moço fidalgo e morgado por succeder a seu irmão João Moniz, que falleceu sem deixar filho.

Moniz Barreto, Moniz Barreto e outros o município, pelo Francisco Xavier Mota, por outro pelo Dr. Joaquim de Faria, sendo ambos julgados.

Teve diversos filhos Moniz e João Luiz Caldas; Maria Barreto, que foi pregoeira de Luis Caldas, que casou com Dr. Maria Joaquim Maciel, e teve dois filhos: Antonio Maciel e Luiz Caldas; Moniz Barreto, archidiácono da Igreja de São João de 1841 Tenente da Comandancia da Vila de São Amaro da Paulista pelo Comde das Armas, senhor de muitos palmos.

Desposou com D. Joaquina da Cunha, e teve uma filha, Maria Paqueta, que casou com João de Almeida Monteiro, em Alagoas, tendo desta casarola uma filha Maria, Virgínia, que casou com o Dr. Archio Pereira Espindola, e teve dois filhos — Antonio e João Monteiro.

Teve ainda desta filha um filho Luiz Caldas Moniz Barreto, e qual, occupadamente se libertou da mãe e do avô, assim o casando e mais codo que pôde, se passou a uma moçada de plantão, e foi, pobre, procurar por todos os lados, até ao fim da vida, a Moçada Barreto, casando-se depois com sua filha alagada Maria Rosa, de onde nasceu com as seguintes filhas:

Paula, Luis Caldas Moniz Barreto; Eliza, filha de um negociante; Benedita, Maria Barreto, do Corpo de Saúde de São Paulo; Octaviano Moniz Barreto, medico, casado com D. Maria Victoria de Camargo Lima, de onde nasceu com um unico filho — Octaviano Moniz Barreto Junior.

BIOGRAPHIA DO BARÃO DE BOM JARDIM

*Trabalho enviado ao Instituto pelo
Bacharel José Pacheco Pereira -- (de
Santo Amaro).*

O Dr. Luiz Barbalho Moniz Fiuza Barretto de Menezes, nasceu em 25 de Agosto de 1813; bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes na Academia de São Paulo. Era tão joven quando a frequentou, que sua familia fez-o até ali acompanhar dum senhor mais idoso, especie de mentor, que era parente proximo do finado capitalista santanarense sr. coronel Joaquim Gonçalves do Passo, o qual, dotado de talento e de força de vontade, na Paulicêa cingiu, tambem, ás vestes bacharelicias.

Não sei, ao certo, onde nasceu o Dr. Fiuza; creio, porém, ter sido no fecundo e inesgotavel torrão santanarense, onde seus ascendentes erão grandes proprietarios territoriaes, talvez os maiores.

O Dr. Fiuza teve por gloriosos ancestraes vice-reis, governadores e capitaães môres, d'origem portugueza; alguns, todavia, já nascidos no Brasil.

Forão seus pais o commendador João Lopes Moniz Fiuza Barretto de Menezes e a Exma. Sr.^a D. Eugenia Thereza de Menezes; e sogros Francisco Moniz Barretto e a Exm.^a Sr.^a D. Anna de Araujo e Mello Moniz Barretto.

Desposou sua prima a Exm.^a Sr.^a D. Francisca de Assis Moniz Barretto Fiuza.

Teve diversos filhos, dos quaes lhe sobreviveram Luiz Barbalho Muniz Fiuza e a Exm.^a Sr.^a D. Eugenia Thereza Francisca Fiuza de Menezes Pacheco Pereira, com a qual se casou o seu primo Bel. José Pacheco Pereira.

Além dos Fiuza, Moniz, Barretto, Menezes, Barbalho, Gama, Araujo, Mello, era o Dr. Fiuza estreitamente aparentado com os Bezerra, Negreiros, Soeiros, Alves Branco, Baraúna, Pacheco Pereira Argollo, Telles, Ara-

devia ser o primeiro predicação dum julgado, que dispõe da liberdade, da honra e da probidade de seus concidadãos, em nome da Lei, formula da harmonia da convivência dos indivíduos, não podia agradar, repito, a parcialidade de magistrados: d'ahi a idéa da aposentadoria forçada: a contragosto, dos mesmos. A pressão da necessidade derroca e revoga, muitas vezes, a lei. Esta consideração justifica a iniciativa, si certa e verídica, do honestíssimo e magnanimo Pedro 2.^o, filho deste nosso amado Brasil, onde se educou, e do qual somente, saiu, decorridos longos annos do início de seu reinado, para visitar a Europa e os Estados Unidos, onde seus incontestes méritos pessoais brilharam e realçaram.

Com as cerimoniaes da hospedagem, no Recife, de S. S. Magestades Imperiaes, Fiuza gastou grande parte de sua fortuna individual: abandonou o Palácio da Presidência, transformado, temporariamente, em Paço Imperial, — erigido, nelle, o Throno das Magestades; — e alugou, á sua custa, casa para residencia da propria pessoa e da familia; deu e recebeu banquetes, e festas, etc., calculando-se sua despesa nuns oitenta contos de reis, mais ou menos (elle tinha boa fortuna).

Em sessão de 17 d'Outubro de 1859, foi por "suas eminentes qualidades, Fiuza eleito membro honorario da Associação Commercial Beneficente da Praça de Pernambuco. Seu diploma, expedido em 24 de Outubro de 1859, é firmado por Antonio Marques d'Amorim e Antonio Ignacio do Rêgo Medeiros — seus Presidente e Secretario.

Apesar de não mais existirem, — adolescente — li as cartas, que ao Presidente Fiuza, antes da chegada ao Recife dos imperantes o Ministro do Imperio, Conselheiro Almeida Pereira Filho (salvante engano), dirigiu, detalhando a viagem; desembarque, e outras circumstancias: residencia; a sequito ao corte; a hora de se recolherem e o levantarem de suas refeições; audiencias e recepções;

saídas; visitas; e abastecimentos, etc., como presidente e ordinário da sociedade, e sua carta.

Representante da Bahia, Deputado Geral, por longos annos do recibo de São Paulo, onde por um prestigio pessoal, e da família, sua fortuna, em que entrou e lidou, tanto chejava o partido conservador, pellido justas politicas, para luctar e deslucubrarem sob o manto e instabilidade regimes electoraes de dois grandes e proprios partidos conservadores, pelo manto, Angelo Montez da Silva Ferraz, quasi o mesmo, simulando sua eleição de Deputado Geral, tal facto aprazou a morte de José Jardim, que pedia molestia de viagem e que occorreu no predio do Sr. Barão de Sahidhygo, palacete sito ao Campo Grande, segundo do Bom Casa e Casella, na capital, onde se localizaram muitos annos depois, o Colégio Perforat, sob a outra direcção do Sr. Conde José Alvaro Martins de Lencastre e a Praça Alameda.

Sendado proximo sua deicção, José Jardim, dirigio-se a respeito ao predio do parlamento, pertencendo a Sebastião do Rêgo Barros Barreto que lhe respondeu em certa, pellido desatencão sua intervenção de classe, que teriam seguintes:

"O da obra. — Meu caro Barão: — Não te remetto uma carta para o Conde; mas que elle ainda se lembre de que fez feito Commenda. Não se esqueça por pessoas ruins. Não tenho motivos para o Colégio, os o Tibério, e como Tradição; mas não tenho; porque para esse edificio basta o Colégio, os o Tibério, e para que estes se apóio do governo. Não tenho do que me dizes em tua carta.

Não desanimas; mas, a paz, pois a obra tem a frente dos seus negócios. Não me esqueças. A Tibério. Sr. Barão.

Tua affectuosa amiga e collega — S. B. Almeida Pereira Filho.

Fiúza foi homem de bem; além das expressões dessa carta de sua vida particular e publica, bem conhecidas e ainda hoje referidas — nesta zona, apesar de não haverem lhe dado o nome a uma rua, sequer — da cidade de Santo Amaro! banalíssima consagração democratica, confirma-o o facto que li num dos biographos de D. Pedro 2.º: que este somente nomeava presidente de provincia homens de bem e serios, a toda prova.

Derrotado Bom Jardim, o illustre e bonissimo pernambucano, Sr Visconde de Camaragibe, chamado, politicamente fallando, "o rei do norte", poz á sua disposição uma cadeira de representante de Pernambuco, — onde nasceu um dos ascendentes de Fiúza, o coronel Luiz Barbalho Bezerra, que veio para a Bahia — combater os holandezes —; foi dono da Ilha de Santa Catharina (Estado desse nome), e acabou, creio, sendo Vice-rei do Rio de Janeiro: desse coronel tirou o nome a fortaleza do Barbalho na capital de nosso Estado, e da sua familia tomou o nome a cidade de Barbalha — no Ceará: Fiúza, porém, já adoentado e descrente da politica agradeceu a Camaragibe a altruistica lembrança allegando a excusa de molestia. Seus parentes e os que forão seus intimos, dislão que elle não queria sinão representar a sua presada Bahia, desejo que maior elevação tem, devido a ter seguro, em virtude da potencia politica de Camaragibe, Bom Jardim, sua eleição pro Pernambuco.

Fiúza foi o Commandante Superior da Guarda Nacional da Comarca de Santo Amaro.

Conservo a carta seguinte do eloquente ex-senador José Gabriel, tio do actual Governador Dr. Góes Calmon:

"S. C. 30 de Abril de 1866. — *Esm.* Sr Barão de Bom Jardim. — Desejo a V. Ex.ª e á Exm.ª Familia vigorosa saúde, acompanhada de felicidade, e praseres. E' portador desta o Sr. Cecilio Gomes da Silva, guarda nacional do

Barão de Bom Jardim, que deseja presentear a V. Ex.ª com um livro de *avallares*. Intercedendo-me por elle, julgo-me a V. Ex.ª com a Commandaria Superior em mercê, rogando-lhe que ainda por esta vez, me honre com uma benevolencia, assignando a mim recommendação de continuar como *escriba* do p.º e comando e sob a alta protecção de V. Ex.ª, cargo de que muiha grãdão a V. Ex.ª me assignou. Respondo a V. Ex.ª as proteções de muiha grãdão e com a consideração por de de V. Ex.ª, ex.ª e am.ª aobi. — José Gabriel Calmon, *escriba*". (1)

Offereço ao Sr. 3.º Setembro de 1866.

GENEALOGIA DA FAMILIA CALMON DO PINHEIRO ALMEIDA

Esta familia dos Calmons procede do antigo reino de França na provincia da cidade de Calvay, onde em distancia de uma legua se achava o castello chamado Pinheiro solar desta familia.

Tinham o dominio do dito castello, sendo também senhores de uma legua em circuito, e de uma povoação no mesmo lugar da mesma cidade, no qual estava a Igreja de S. João, e na sua capella vier o jazgo ou sepultura de uma familia, sendo o chello della o chello de sepulturas, em que se achava, e se em França se chamava banco do linco, e o signario da dita igreja o da realme, de onde he a sua herança, os ducos e os natis hereditarios, em outras con-

(1) As cartas acima transcritas estão hoje no Archivo do Instituto da Bahia por gentili offereço do Sr. do antigo supra.

potência, porque todos os que moravam naquella povoação e terras do castelo eram seus vassallos.

Eram senhores e perpetuos governadores de juro e herdade da cidade de S. Antonio, por haverem herdado a casa de Monsieur Villit; e na cidade de Cahors eram lentes na sua universidade por Sua Magestade Christianissima, tendo no mesmo collegio casas, conferindo o grão áquelles sujeitos, que na tal universidade andavam os ~~anos~~ do seu estatuto, recebendo propina, além do ordenado da fazenda real, tendo na cathedral banco dobrado, honra que costumavam ter os lentes em França.

Desta casa é oriundo Beltrão Calmon du Pin, que, vindo de França para Portugal, casou em Lisboa com D. Maria de Tovar, e deste matrimonio, entre outros filhos, teve a João Calmon du Pin, que, seguido as armas, passou ao Brasil na armada, que veio a cargo do Conde da Torre, que foi a primeira certidão, que teve do serviço d'el-rei, e voltando para o reino, foi servir na fronteira da Beira, onde, occupando o posto de alferes do commissario geral de cavallaria, e consta por certidões haver pelejado e roto o inimigo, ficando com uma ferida, e haver passado com sua companhia de soccorro para a provincia de Alentejo, achando-se na campanha daquelle anno; e haver pelejado e roto o inimigo; governando as tropas da cavallaria com satisfação; e pela nona certidão consta haver pelejado e roto o inimigo, e ser parte e causa de se alcançar uma victoria, ficando com tres feridas pelo empenho que fez da sua pessoa; e pela undecima certidão consta haver pelejado mais vezes, e governado as tropas. E pela duodecima certidão, passada pelo general das Armadas, consta haver governado a cavallaria da provincia, e oppôr-se com valor ao poder do inimigo; e o mesmo consta da certidão decima terceira na continuação do governo da cavallaria sem nesse tempo o inimigo fazer damno, pelo seu cuidado e valor, e da certidão decima quarta, consta romper o inimigo, aprisionando-lhe seus cabos pelo que o honrou Sua Magestade com uma real carta de agradeci-

mento, como se refere na dita certidão. Devesse passar a obter a honrada e rei por sua elevada governar a praça de Caserta, a qual fortificou, e se tornou a capital de um e governo da cidade, como causa de sua parente, e ali por alferes na aquella.

Nesta segunda jornada de capitão de artilheria, que de soccorro e fortificação de Pernambuco, ali tendo sido peiora, e ali sendo para o reino com singular honra, como consta da certidão decima quinta, e a terceira certidão passada ao Brasil com praça referenda na armada, que veio a cargo do general Francisco de Brito Freire, que de seu filho João Calmon du Pin, sobre as pessoas mais dignas em consideração ao nome do seu nome.

E quando, voltando ao Brasil, em occasões que o mesmo du Pin, e mais, se apresentaram a Bahia, que ali o foi com soldo por occasião de guerra, e quando com a sua familia ali com honra de gente do guerre, e com os seus servos as fortificações, sobre tudo consta da certidão decima sexta, das officinas da armada. E a décima quinta, governando sobre o nome Alexandre de Gusmão, sobre o nome que o Hollanda apresentava uma armada, que se presentou a Bahia, e occupou nas fortificações, e pertencimento e rendição o forte chamado Beltrão, com frequência de sua familia, assim pelo governo, que tem nas officinas da obra, como o que guerra ali alferes de uma guerra rigorosa, que ganhou ali esta obra; por haver o tempo ali ali, como consta da certidão decima sétima, e por uma d'ellas consta haver secretariado uma não da India, que lastimosamente se dando a obra de um na Bahia, e por certo nome não, referendo e honrando os seus, foi despatchado o seu filho o coronel Francisco Calmon du Pin com o marechal de campo de Beltrão da casa sua.

Francisco Calmon du Pin, natural da cidade de Cahors, na França, emigrou para o Reino de Portugal em 1610, e em 28 de outubro de 1613 casou-se com D. Maria de

Tovar, nobre portuguez da Família dos Tovaes, de Lisboa, fallecendo a 3 de janeiro de 1656, e sua mulher em agosto de 1660, sendo ambos sepultados na Igreja de S. Paulo em Lisboa, e teve do seu consorcio quatorze filhos, dos quaes mencionaremos sómente Sebastião Calmon du Pin, e João Calmon du Pin, que vieram para o Brasil.

Sebastião Calmon du Pin, nascido a 28 de julho de 1636, casou-se na Villa de Santos, na Capitania de S. Vicente, S. Paulo (Brasil) em 1669, com D. Joanna Garcez, filha do Sargento-Mór Francisco Garcez Barretto, e sua mulher D. Martha da Fonseca, e falleceu em 14 de Outubro de 1671, deixando dous filhos: Francisco Calmon e D. Maria Calmon, cuja vida ignoramos.

João Calmon du Pin nasceu em 8 de Novembro de 1620.

Durante o tempo em que esteve em Portugal, casou-se a primeira vez com D. Maria Malafai e Britto, filha de Francisco Calmon de Britto e sua mulher D. Izabel do Couto, em 15 de Novembro de 1647, tendo deste primeiro matrimonio D. Izabel Calmon, que falleceu solteira, e Antonio Calmon de Britto, que nasceu em 7 de Outubro de 1649, formado na Universidade de Coimbra, e, tornando-se religioso na Ordem de Santo Agostinho, mudou seu nome para Frei Antonio da Penha de França, e foi nomeado Bispo a 15 de Fevereiro de 1696 por El-Rei D. Pedro 2.º, morrendo no seu Bispado de S. Thomé, em 19 de Dezembro de 1702.

Mudando-se para o Brasil casou-se o Capitão de mar e guerra João Calmon du Pin, uma segunda vez na cidade da Bahia, com D. Juliana de Almeida, filha de Martinho Ribeiro de Mello e sua mulher D. Maria de Almeida, e foram depois para o Engenho da Ilha das Fontes, pertencente aos paes da noiva, que eram descendentes do donatario Jorge de Mello Coutinho.

Deste matrimonio tiveram os seguintes filhos:

1.º — D. Margarida Calmon du Pin, que nasceu a 4 de Março de 1660, e falleceu a 2 de julho do mesmo

anno, foi sepultada no Capella de Nossa Senhora da Agonia, na cidade da Bahia.

2.º — D. Mathias Calmon du Pin nasceu a 17 de Março de 1661, e foi para Lisboa com commissão de seu irmão Pêro D. Antonio na Penha de França, antigo de S. Thomé, e de-a seguir ao Convento da Calheta em Sebastião.

3.º — Miguel Calmon du Pin nasceu em 25 de Setembro de 1662, e falleceu com 29 annos de idade em 23 de Março de 1672.

4.º — Martinho Calmon du Pin nasceu em 21 de Abril de 1672, e entrou na Companhia de Jesus, lançando o 4.º voto pouco depois, passando depois do Collegio em Thomazello, lugar que pertence a sua patria, em Março de 1736.

5.º — João Calmon du Pin e Almeida nasceu a 6 de Setembro de 1666, e terminou em Coimbra na Universidade de Coimbra, estudando-se logo depois, — Despaçado Orgão da P. da Bahia, e depois os lugares de Vigário Geral, e de-a seguir Desembargador da Relação Real da Bahia, Visconde do Arco-Overto, Ouvidor, Comissario de Eula, Comissario do Santo Officio, Juiz Conservador dos Religiosos de S. Francisco, dos Marques de S. Bento, e presidente, para dos indios. Falleceu com 37 annos de idade e foi sepultado na capella de seu paes, o Capella de Maria Fátima, no Convento de S. Bento da Bahia.

6.º — Miguel Calmon de Almeida (segundo deste nome) nasceu em 21 de Março de 1672. Terminou sua educação na Universidade de Coimbra, foi nomeado Juiz de Ordens da Capital da Bahia, onde serviu nove annos, depois nomeado Cordeiro da Villa de Mangogipe. Os relevantes serviços prestados por sua paes, que chegou ter sido nove vezesellido em guerra, desgrahes assim como a seu irmão Francisco Calmon du Pin, senão filho do Capitão de Mar e Guerra João Calmon

du Pin, o foro de Fidalgo Cavalleiro da Casa Real foro este que já gozavam seus paes.

7.º — Francisco Calmon du Pin e Almeida nasceu em 19 de Dezembro de 1673 (deste trataremos depois).

O Coronel Desembargador Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, casado com D. Margarida Pereira de Andrade, viúva do Capitão João Lins Ferreira, Fidalgo da Casa Real, filho de Felippe Ribeiro de Andrade e sua mulher Dona Antonia Pereira, morreu a 21 de Maio de 1738, sepultado em sua Capella de seu Engenho Santo Antonio dos Calmons, no districto de Santo Amaro, Provincia da Bahia.

(Nota — Este engenho ainda hoje pertence á familia e é propriedade do Dr. Francisco Marques de Góes Calmon).

Do Coronel Miguel Calmon du Pin e Almeida, desce a familia dos Calmon (por linha masculina) hoje existente no Estado da Bahia; porque o ramo de Calmon (Camorogi) descendentes de Francisco Calmon du Pin e Almeida, irmão deste, já se acha extincto (por linha masculina) como adeante mostraremos.

Do seu casamento com D. Margarida Pereira de Andrade, teve o Coronel Miguel Calmon du Pin e Almeida os quatro filhos seguintes:

1.º — D. Antonia Caetana Calmon du Pin, casada com o Tenente-Coronel Felippe da Silva Bezerra d'Almeida, filho do Coronel Amaro Ferreira de Almeida, e sua mulher D. Barbara de Souza.

2.º — D. Ignacia Francisca Calmon du Pin, casada com o Capitão-Mór João de Souza Eça, Cavalleiro da Ordem de Christo, foi residir em Jacuruma, e foi o tronco da familia Calmon que ali habita.

3.º — D. Juliana Calmon du Pin, casada em Minas Geraes, morreu naquella Capitania, viúva e sem successão.

4.º — João Calmon du Pin e Almeida, unico filho varão que resultou desse casamento, casou-se com D. Ignacia de Nazareth Muniz de Macedo, filha do Capitão João

Dias de Muniz Macedo, Cavalleiro da Ordem de Christo, e de sua mulher D. Virginia de Alfonseca Deus Dará, filha do Capitão-mór Francisco Pinto de Eça, Fidalgo da Casa Real, e neto do Sargento-mór Francisco Pinto de Eça, Vice-Rei da India, Alcaide-mór da Villa de Moura. Desse consorcio de João Calmon com D. Ignacia de Nazareth Muniz Dias de Macedo, resultaram os seguintes filhos:

1.º — D. Margarida Josefa Calmon du Pin, casada com seu primo legitimo Diogo Muniz Barreto de Aragão, não teve filhos.

2.º — D. Virginia Calmon du Pin, casada com seu primo legitimo Caetano Lopes Villas-Bôas Eça, Fidalgo da Casa Real.

3.º — D. Anna Joaquina Calmon du Pin, casada com seu primo legitimo Felippe Thomaz Calmon, filho do Tenente-Coronel Felippe Bezerra, de quem já falamos; desse consorcio teve D. Anna Joaquina um filho de nome Felippe Calmon, que falleceu na Provincia do Rio de Janeiro, cidade de Campos, onde occupou o posto de Tenente-Coronel, e foi condecorado com a mercê de Cavalleiro da ordem de Christo por El-Rey D. João VI.

Felippe Calmon teve por sua vez filhos, alem de Felippe teve D. Anna Joaquina, casada com o morgado Antonio Pereira da Lago, desse consorcio teve tres filhos, os seguintes:

1.º — Felippe Thomaz Calmon du Pin, que foi o tronco da familia residente na Provincia do Espirito Santo.

2.º — D. Luiza Calmon du Pin, falleceu solteira, na avancada idade de 86 annos, sepultada na Igreja de Santo Antonio dos Calmons.

3.º — D. Maria Joaquina Calmon du Pin, falleceu solteira na idade de 84 annos, foi sepultada tambem na Igreja de Santo Antonio.

4.º — D. Maria Joaquina Calmon, quarta filha de João Calmon d'Almeida, e sua mulher D. Ignacia de Nazareth,

Pernambuco e Itamaracá

PATE. DE CAPAM. DE INFANTARIA DE HUMA
DAZ DUAS COMPANHIAS DA CAPHIA. DE
ITAMACA, PROVIDA NA PESSOA DE
JOAM CARDOZO PINHEIRO

Dom Vasco Mazcarenhas Conde Obidos &c.

Porquanto com areformaçam Geral que fiz noz Terços de Pernambuco, ficaraõ vaga as Companhias que es-que aquelles moradores podem Sustentar para Sua defeza: Tendo Eu concideração ao bem que todas essas qualidades concorrem emvoz Joam Cardozo Pinheiro, as Satisfaçam com que meconstou haverdes Servidos a El Rey MEU SENHOR DE MUITOS ANNOS A ESTA PARTE — emprega de Soldado Alferes, e Ajudante, nas guerras deste Estado, eprincipalmente naz de Pernambuco desde seu principio, achando-vos nas occasioens demayor importancia que nellas seoffereceram, e procedendo em todas, com o peniaõ demuy Valente Soldado: esperando de Voz que emtudo o de que fordes encarregado do Serviço de El Rey meu Senhor, Voz havereis muy conforme que Voz tocarem, e a confiança que faço de vosso merecimento. Hey porbem devoz elleger, enomear (como envertude daprezente, ellejo, enomeyo) capitam de huma daz duas Companhias que tenho rezoluto haja de Prezidio na Praça da Ilha de Itamaracá, para que como tal o Sejaes, Uzeis,, e exersaes com todas as Honras, graças, franque-

nas pontualidades, pontualidade, honras e Liberdade e que Vos mostre, todavia, e devem tocar a todos os mais capitães de Infantaria do Reino de Portugal e Brasil, desde Estado, e como elles haverão de guardar, receber e Soldo que Vos tocare por elles e honras de venha algumas vezes com a dita posto do qual Vos hey por serviço de posse, dando primeiro juramento na mão do Capitão de aquella Capitania, e assim Ordens Vos attente a dita companhia, como que executar reformações que lhe forem, e por Officiaes Mores e mais res deste Estado Vos hajam honras, e honras, e honras por as honras da dita Companhia. E por Officiaes, e Soldados seja, dando cada um o mesmo, e os obedeçam, cumpram, e guardem todas Vossas Ordens de pallavra, ou por escripto, tam pontual, e inteiramente como devem, e São obrigados. E ao Provedor mor daquelle Capitania Ordens outro E Vos, faça assentar, Lucrar, e pagar delles, e referido Soldo, ao termo que disponho pela ordem que he escrito. Para firmeza do que Vos mandey dando presente Sob meu Signal, e Sello de minhas armas, a qual se registrará nos Livros a que tocar. Manoel do Amor de Deus e he em na deusa dila de meu de Deus. Anos da ed. São cento e sessenta e quatro. Seruente Vossa Magestade, e he escrivão. O Conde de Oñate, Carta Patente do posto de Capitão de Infantaria de fora do Reino de Portugal do Provedor da Capitania da Ilha de Itamaracá, que Vossa Excelência me porbem passar na forma de Jure. Conde de Oñate, pelo qual se registará nos Livros. Para Vossa Excelência ver.

PARTE II

CARTA PATE DO POSTO DE CAPITAN MOR DA
ILHA DE ITAMARACÁ, PROVIDO NA
PESSOA DE ROQUE FERREIRA

Porquanto está vago o cargo de Capitão Mor da Ilha de Itamaracá e convem provelllo em pessoa de valler pratica de deziplina militar, e muita experiencia da Guerra, tendo Eu consideração, ao bem que estas qualidades concorrem na de Roque Ferreira, e a satisfação com que meconsta haver servido a S. Mage, demuitos annos a esta parte nas guerras deste Estado, e em particular na da da capitania de Pernambuco, em que Ovy proceder no posto de Capitão, e Ajudante Tenente de Mestre de Campo General, muito como devia as suas obrigações. Esperando delle que nas daquelle Cargo se haverá com a mesma pontualidade, e zelo. Hey por bem de Oellegar, e nomear (como pela presente elleo, enomeyo), Capitão mor da Ilha de Itamaracá, para que como tal, o Seja, uze, e exerça com todaz as Honras, graças, franquizas, preheminiencias, privilegios izenções e Liberdades, que lhe tocarem, podem, e devem tocar aos Capitães de Semelhantes postos, e com elle haverá o Soldo que lhe tocar, e todos os mais proes e precalços que directamente lhe pertencerem. Pelo que Ordens ao Governador das Capitania do Norte, Andre Vidal de Negreiros, lhe dê a posse, e juramento na forma costumada de que se fará assento nas costas desta, e nas Officiaes da Comarca daquelle Villa O obedeção digo Villa, e mais Ministros e Officiaes de Guerra, Fazenda, e Justiça della O obedeção. Cumpraõ, e guardem suas Ordens de pallavra. Ou por escripto tam pontual, e inteiramente como devem, e São obrigados. E ao Provedor Mor da Fazenda Real daquelle Capitania, lhe faça assentar, Lucrar, e pagar della o Referido Soldo. Para firmeza do que lhe mandey passar apresente Sob meu Signal, e Sello de minhas armas, a qual se registrará nos Livros a que tocar. Antonio Velozo a fez na Cidade do Salvador, Bahia de todos os San-

Dom Pedro Varjon, e a satisfaçam com que tendes Servido a ElRey meu Senhor deade Mayo de mil Seis centos quarenta e nove, thê o presente, de que quatro annos emeyo foram effectivos em praça de Soldado, e Alferes, achando-vos nas occasiões que scotificerem, e respeitando juntamente pertencer-vos por Sentença do Juizo das Justificações aacçam doz Serviços de Vosso Pay Dom Luiz Varjon feitos neste Estado por espaço de vinte e Sette annos: esperando de Voz que emtudo o deque fordes encarregado Voz haveis muito conforme a Confiança que faço do vosso procedimento. Hey por bem devoz ellejer e nomear (como envertude da presente vozellejo, enomeyo) Capitam Mor da referida capitania, para que como tal o Sejaes, uzeis, e exerceiteis com todas as honras, graças franquezas, preheminencias, privilegios, izenções, e Liberdades que Voztocam, podem, e devem tocar aos mais capitães mores das Capitaniaes deste Estado; e com o dito posto haveis o Soldo de Capitam de Infantaria, etodos osprocs, eprecalço, que directamente Voz pertencerem. Pelo que Voz ey por metido deosse da dita Capitania, constando por Certidam feita naz Costas desta pelo Secretario de Estado haverdes primeiro dado o juramento em minhas mãos naforma costumada. Eordeno atodos os Officiaes Mayores emenores deguerra deste Estado. Voz hajam, honrem, estimem, ereputem por tal Capitam mor da referida Capitania. Eaos Officiaes da Camara Guerra, e Fazenda, e Justiça, emais Povo, della, façam o mesmo eVozobedeçam, cumpram, eguardem Vossas vossas Ordens depallavra, ou por escrito, tam pontual, einteiramente como devem e Sam obrigados. Eao Provedor Mor da Fazenda Real deste Estado, eemparticular ao daquella Capitania, Vozfaçam pagar da Fazenda Real della, o referido Soldo naforma que hê estillo aoz Capitaens de Infantaria desta Praça, incluindo-se nelle o Ordenado que os Capitães Mores costumão Levar doz Donatarios da mesma Capitania. Para firmeza do que Voz mandey passar aprezenste Sub meu Signal eSello daz minhas armas,

aguelo scotificarem nos Livros aque tocar. Antonio de Souza de Andrade, qnot desistio da mza de Marco afex Anno de mil e seis centos. Semesta scotific. Edmundo Vieyra Ruyro, aia escripta. O Conde de Orlans, Carta Patente de Capitam Mor da Capitania de San Vicente, de que Vossa Excellencia, tere nos tem poder apensas do Alferes Reforçado Dom Pedro Varjon, mabeira, epeles Ruyro, aia mza deade. Para Vossa Excellencia Ver.

CARTA PATENTE DO POSTO DE CAPITAM MOR DA CAPITANIA DE SAN VICENTE, PROVIDO NAPESSOA DE ANTONIO RIBEIRO DE MORAES

Alferes Partado de Castro de Rio de Janeiro, do Conselho de Guerra de Sua Alteza. Sa. Por quamma conven prover o posto de capitam mor da Capitania de San Vicente, aque seja empesso deValior, pratica da disciplina militar, manya experiencia deguerra, tenha Eu consideração aobem que todas estas qualidades concurrin nad. Antonio Ribeiro de Moraes, e a satisficão com que meemiste fazer Servido aSua Alteza no dito posto de Capitam mor daquella Capitania; esperando delle que nas obrigações que hãtorem, Sebererá muito esmorine aconfiança que faço do seu procedimento. Hey por bem de Ellejer, e nomear (como envertude deprezenste ellejo, enomeyo) Capitam Mor da dita Capitania de San Vicente, enquanto Sua Alteza, souber porbem, ou Eu não mandar o contrario, ecom elle haver o Soldo, em Ordenado, etodas ashonras, graças, franquezas, preheminencias, privilegios, izenções, e liberdades, que he-tocam, podem, e devem tocar aos mais Capitães Mores das capitaniaes deste Estado, eoque gozava seu immediate Antecessor. Pelo que ordeno digo o hey por metido deosse dando primeiro o juramento, elazendo pratica

ordeney SeformaSem da Infantaria, que hora mando ao Certam, para que como tal o Seja, úze, eexerça, com todas azhonras, graças, franquezas, preheminiencias, izençoens, privilegios eliberdades que lhetocam, podem, edevem tocar aoz mais Capitães d'Infantaria doz Exercitos deste Estado; ecomo elles haverã ozquarenta Cruzados de Soldo que hade Vencer por Mez, enquanto Servir com adita Companhia. Pelo que o hey por metido de posse della, eordeno ao Mestre de Campo do Seu Terço lhedê o juramento naforma costumada, deque Sefará asSento naz costa desta: Eaoz Officiaes Mayores, eMenores de guerra, emillicia deste Estado, o bajam, honrem, estimem, ereputem por tal Capitam da referida Companhia, eaoz Capitães mores dadita Entrada, acuja Ordem hade estar, eobedeecer odito Capitam fação o mesmo, eaoz Officiaes, e Soldados della mando o conheçam por Seu Capitam, lhebodeçam Cumpram, eguardem todas Suas Ordens depalavra, ou por escrito, tam pontual, einteira mente como devem, e Sam obrigados: Eao Provedor mor da Fazenda Real deste Estado ordeno ontro Sy, lhefaça azSentar, Livrar, e pagar della o referido Soldo naforma dazOrdens de Sua Alteza, ecomo Sepratica com oz mais capitães do Prezidio desta Praça. Para firmeza do que lemandey passaz aprezenste Sub meu Signal, eSello deminhas armas, aqual Seregistará noz Livros da Secretaria deste Estado, e noz als aque tocar. Jozê Cardozo Pereyra afex nesta Cidade do Salvador, Bahia de todos os Santos, emozdez dias do Mez de Agosto, Anno de mil Seis Centos sessenta e nove|| Bernardo Vieyra Ravasco afiz escrever|| Alexandre de Souza Freyre|| Carta Patente decapitam de huma daz duas Companhias, que Vossa Senhoria ordenou Seformassem da Infanaria que hora manda ao Sertaó, acargo doz Capitães mores Agostinho Pereyra, eFrancisco Dias, que Vossa Senhora foy Servida prover napessoa de Rodrigo Fernandes, pelos rezpeitos aSima declarados|| Para Vossa Senhoria Ver —

CARTA PATENTE DO POSTO DE CAPAM, DA
GENTE DE SAM PAULO, PROVIDO EM MANOEL
DE LEMOS DE SEQRA.

Affonço Furtado de Castro do Ryo de Mendonça e&. Por quanto por fallecimento deGazpar Velho Cabral, ficou Vago o posto de Capitam davanguardia que hade levar com huá daz duas Companhias dagente Auxilliari, que este Governo mandou Vir da Capitania de Sam Vicente, para aConquista doz Barbaros: econvem provella empossa de grande Vallor, pratica dadezciplina millitar, emuyta experiencia daguerra do gentio: Tendo Eu concideração ao bem que todas estas qualidades concorrem nade Manoel deLemos de Siqueyra, eahonrada Satisfacão que Semezez de Seu merecimento, e Sufficiencia, eoparticular Serviço que Vay fazer ASua Alteza, easte Povo nesta entrada do Sertaó, decujo bom successo pende aconservação doz moradores do Reconcavo desta Cidade, edaz Villas Vezinhas de Boypeba, Cayrú, eCamaniú: eesperando delle que nazobrigaçoes que lhetocarem dodito posto, Schaverá muyto conforme ao conceito que tenho de Seu procedimento, ezello. Hey por bem deO elleger, enomear (como emvertude daprezente ellejo, enomeyo) Capuam davanguardia que hade Levar com huma das ditas duas Companhias, para que como tal o Seja, úze, eexerça, comtodas azhonras, graças, franquezas, preheminiencias, privilegios, izençoens, eliberdades, que lhetocão, podem edevem tocar atodos oscapitães doz Regimentos idoz Auxiliares de Portugal, e doz que tem, egozão ozdeInfantaria paga do Brazil, pelo particular Serviço que nesta Conquista Vay fazer aSua Alteza. Pelo que Ordeno ao Governador della Estevoá Ribeyro Bayam Parente, lhedê aposse, ejuramento naforma Costumada, deque Sefará asSento naz costas desta; eaoz Officiaes Mayores, emenores deGuerra, millicia deste Estado, o bajam, honrem, estimem, ereputem por tal capitam dadita Companhia, eaoz Officiaes, eSoldados della, mando façam o mesmo,

adempir as suas obrigações todas suas ordens de-
pallayra, ou por escripto, como devem, e cotatam, como
deverão, e os obrigados. Para Humar do que hemandey
mostrar apressa, debaixo do Signal, e Sello d'antãoz, e
aqual se registará no Livro da Secretaria do Estado, e no
mais aque tocar. José Carlos Petreus apez nesta Cidade
do Salvador, Bahia de todos os Santos em dez e nove dias
do mez de Maio, ANNO mil e seiscentos e setenta e
oito adon. Bernardo Vieyra Ravasco afiz escrever|| Affonso
Furtado de Castro do Ryo de Mendonça|| Carta
Patente do posto de Capitam da Fortaleza das duas Compañias
da Fortaleza de Santa Cruz da Capitania de Sam Vicente,
que Vossa Senhoria tem por boa prouva nella, e a
sima declarados|| Para Vossa Senhoria Ver.

CARTA PATENTE DO POSTO DE CAPITAM DA FOR-
TALLEZA VER CRUZ, DA CAPITANIA DE SAM VICEN-
TENTE, DE QUE VOSSA SENHORIA TEVE
POR BEM PROVER A PESSOA DE GAZPAR GON-
ÇALVES DE ARAUJO

Affonso Furtado de Castro do Ryo de Mendonça,
representador dascomendas etc. Por parte está Vago
o posto de capitam da Fortaleza Vera Cruz da Capitania de
Sam Vicente, e a qual se prouva a pessoa de Valler, pre-
sente da disciplina militar, e experiencia de guerra. Tendo
da consideração ao facto que todas estas qualidades re-
correm a este Gaspar Gonçalves de Araujo, e a honrada
recomendação que dire do bem que havia herdado a sua Al-
ma, e auctoridade que se lhe concedeu, e esperando a elle que
cumpra aqum tanto melhor, e correspondente a obedi-
gencia do seu posto, e a qual se conforma com a qual que faz
do seu prouvidor. He por bem do Collegio, e nomear
a esta pessoa de la presente elleja, e nomear a Capitam
da Fortaleza, para que como tal e faga, e etc.

com todas as honras, graças, franquezas, preeminencias,
privilegios, e izenções e liberdades, que lhe tocam, e po-
derão, e devem tocar aos mae Capitães das Fortalezas deste Es-
tado; e com elle haverá o quarenta mil reis de Soldo que
lhe tocam, e hade Vencer, enquanto Servir com o dito posto.
Pelo que Ordeno ao Capitam Mor dada Capitania de
aposse, e juramento na forma costumada, de que se fará az-
Sento nas costas desta, e ordeno aoz Officiaes Mayores, e
menores, de guerra deste Estado, obajam, honrem, e estimem,
e crepitem por tal Capitam dada Fortaleza, e aoz Officiaes
e Soldados que nella forem de guarnição, nado o obede-
ça, e cumpram, e guardem todas suas Ordens depallayra,
ou por escripto, como devem, e são obrigados: E ao Pro-
vedor mor da Fazenda Real deste Estado, e em particular
ao daquela Capitania, lhe faça asentar, Livrar, e pagar
della, o referido Soldo na forma que se uzou sempre com
oz seus Antecessores. Para firmeza do que hemandey
passar aprezente Sub meu Signal, e Sello de minhas armas,
aqual se registará no Livro da Secretaria do Estado, e nos
mais aque tocar. Antonio Garcia apez nesta Cidade do
Salvador, Bahia de todos os Santos em dez e nove dias
do mez de Outubro, ANNO de mil e seiscentos e setenta
e oito adon. Bernardo Vieyra Ravasco afiz escrever|| Affonso
Furtado de Castro do Ryo de Mendonça|| Carta Patente
do posto de Capitam da Fortaleza Vera Cruz, da Capitania
de Sam Vicente, que Vossa Senhoria teve por bem prover
a pessoa de Gaspar Gonçalves de Araujo, pelos respetos
a sima declarados|| Para Vossa Senhoria Ver.

PATENTE DO POSTO DE CAPITAM MÔR DA
CAPITANIA DE SAM VICENTE, PROVIDO NA
PESSOA DE DOM SYMÃO DE TOLLEDO PIZA

Dom Joam de Lancastro do Conselho de Sua Ma-
gestade etc.

Porquanto está vago o posto de Capitam môr da Ca-

relatos de Luiz Mourão e coram presença em pessoa de
seus pais, irmãos, filhos e outros parentes frequentes para o
acerto de seu governo e de fôrça. Tendo em consideração
que sempre a dita terra pertenceu ao Sr. D. João de
Albuquerque, um dos primeiros descobridores della e ao
hozra de Albuquerque que a lhe fôrça do seu pro-
prio, sendo em cargo de Regente que sempre esteve
em todas as occasiões que se offereceram ao serviço do
Rei de S. Magestade que Deus Guarde, em que tam-
pou houve particular, e não se lembra que nas diver-
sas de sua terra se houve ainda conforme a antiguidade
que he de seu descobrimento e qualidade.

Logo por bem de a plicar e trazer Capitão-mór
da dita Capitania de São Vicente, da qual o he por au-
toridade de quem se levantou o interdicto e Juramento que
fazem a dita Capitania mór a quem succede depois de
morte do Sr. D. João de Albuquerque e mór a dita terra
Bertioga e a lenda, prós e precatos que derammente
he pertencente e custando para seus antecessores e
para a dita terra de todas as hoeris, graças prebendas,
privilegios, honras e honras que
he devida, todos e deves fôrça, mór a dita Capitania
da dita Capitania de São Vicente e das mais do Estado.

Bernardo Vieira Ribeiro o fôrça.

Aquella de 1642 aos 22 dias do mês de Agosto.

Dom João de Loureiro

Capitania de S. Vicente

MUDANÇA DA ALDEIA DE S. MIGUEL DA CAPITANIA DE S. VICENTE PARA A BERTIOGA

João Rodrigues de Vasconcellos de Souza Conde de
Castel Melhor etc.

Porquanto João Fernandes Camp. da Aldeia de S.
Miguel da Capitania de S. Vicente, Pedro Alvares, Pedro
Pereyra, Vicente de Moraes, Estevão da Cunha, Índios
fôrços da mesma Aldeia me representarão o bem que ha-
vião servido a Sua Magestade (Deus Guarde) e o mal
que erão tratados de Luiz Bernardino de Paiva, e de ou-
tras pessoas que de seu poder absoluto lhes tomavão as fi-
lhas e os Índios, e as levavão para suas cazas, donde
cazavão com os seus escravos, metendo-se nas suas terras
com gados e fabricas que lhas destruyão, de que resultava
verem-se hoje sem as que erão necessarias para as suas
lavours: e que, por não terem outro remedio e serem
leais vassallos de S. Magde. me pedião lhe mandasse passar
provisão para que ou lhe despejassem das ditas terras todas
as pessoas que intruza e violentamente lhes occupavão ou
lhe dessem outras capazes de se cultivarem ede funcionarem
nellas com socego e se lhe restituissem todos os Índios e
Índias que daquella Aldeia lhe tivessem levado: e bem
asy que o Dezembargador Luiz Salema ouvisse a queixa
que elles lhe fizessem sobre este particular, e visto tudo
o referido, informação do Provedor mór da Fazenda Real
deste Estado, favor que S. Magde. manda se faça aos
Índios naturaes delle, e ser justo que experimentem na
Supplicas o que merecem pelo bem que me consta ha-
verem servido; e tendose tambem respeito a ficarem os
Índios da referida Aldeia de S. Miguel tambem accomo-
dados passando-se a fazer povoação na Bertioga, donde

MEMORIAL

O Município de Itaparica não contrariou o Regulamento das Capitania mandando construir o caes de defesa na parte occidental da Cidade.

A area de terra na qual está sendo feita a construção, não pertence ás marinhas da ilha embora, hoje, o mar a tenha invadido.

Desde a installação da Villa, em 1833, a referida area de terra está no dominio e posse da Municipalidade.

O Município conservou sempre esse dominio e essa posse visando, de futuro, a restauração do casario da hoje desaparecida Rua da Praia.

Que a Camara nunca abriu mão do seu direito prova o doc. n. 1

A obra de hoje é, apenas, o complemento da obra iniciada em 1878 pela Camara da Villa e auxiliada pelo governo da Provincia que, assim, reconhecia e proclamava o direito da mesma Camara, sobre o terreno em apreço.

A area de terra em questão está dentro do traçado das 250 braças dos limites da antiga Villa, na sua parte occidental, e fez parte, ainda em 1844, do perimetro urbano da mesma Villa.

Nella existiram muitos predios com o correr dos tempos arrasados e destruidos pelo mar doc. n.2 e 3.

Se a Camara não tivesse direito incontestavel sobre a area de terra da antiga Rua da Praia, teria se aproveitado dos favores da lei n. 3348 de 20 de Outubro de 1887 e com elles assegurado e garantido o seu dominio doc. n. 4.

Aparentando uma desconfiança, ao qual tinha re-
lato; O portador da carta não hesitou, como se vê
de que, a 3 dias contados para se escripturar de mais
mas que o Municipio de Itapetinguinha estava sendo
que era auctor, mas se gloria o direito de fazê-la.
Nas mesmas e em commissão para auctaria ao Muni-
cipio e auctaria por porem.

Doc. 1.

ACTA DA Sessão ORDINARIA DA CAMARA
MUNICIPAL DE ITAPETINGUINHA EM 11 DE
MARÇO DE 1880

Presidencia de Sr. Presidente Cap. Figue de Almeida e
Vice-presidente Prof. Paulo Dos Gomes, Villares e Affonso
Ceballos e Sr. Presidente eleito a seguir.

Depois de a sala de exterior e posto á votação foi
aprovada a 3a. Presidencia deu sua ordem do dia en-
pellido, porem, movimento, e indicação. CON-
TANDO A CAMARA QUE PARTICULARES DE
AUTHORIDADE (ROMA) ESTAVAM FAZENDO
ESCAVAÇÕES NAS CORDAS QUE ORLAM ESTA
VILLA NAS IMMEDIACOES DA PORTALEZA DE
S. LOURENÇO E DO CAES DO LADO DO NOR-
DESTE, DEBILITOU ELA QUE SE EXPEDISSE
PORTARIA AO FISCAL GERAL PARA IMPEDIR
A TIRADA DE AREIAS E AUTHORIZANDO A
REQUISITAR DA AUTHORITYDE POLICIAL
FORÇA PARA ESTE FIM E QUE SE OFFICIASSE
AO COMMANDANTE DA MESMA PORTALEZA
PARA OBSTAR PELA SUA PARTE. Foi apresen-
tado uma petição de d. Amélia Constantina da Costa
Terra pedindo licença para tirar pedras na contra costa da
VILA. Tendo dequido que a casa do livro da Ponta. O pro-
prietario da Câmara apresentou também um pedido da
quantia de duzentos e setenta mil reis passado pela Cam-

maria municipal pelo Sr. Figue de Almeida da Pro-
vincia de São Paulo, com 30 mil de dinheiro,
por meio da quantia de duzentos e setenta mil de
dinheiro para a compra de mais pedras. Não ha-
veria a quantia de mais pedras e a quantia de mais
e porem a quantia de mais pedras, mas por meio da
quantia de mais pedras para a compra de mais pedras.
Depois de a sala de exterior e posto á votação foi
aprovada a 3a. Presidencia deu sua ordem do dia en-
pellido, porem, movimento, e indicação. CON-
TANDO A CAMARA QUE PARTICULARES DE
AUTHORIDADE (ROMA) ESTAVAM FAZENDO
ESCAVAÇÕES NAS CORDAS QUE ORLAM ESTA
VILLA NAS IMMEDIACOES DA PORTALEZA DE
S. LOURENÇO E DO CAES DO LADO DO NOR-
DESTE, DEBILITOU ELA QUE SE EXPEDISSE
PORTARIA AO FISCAL GERAL PARA IMPEDIR
A TIRADA DE AREIAS E AUTHORIZANDO A
REQUISITAR DA AUTHORITYDE POLICIAL
FORÇA PARA ESTE FIM E QUE SE OFFICIASSE
AO COMMANDANTE DA MESMA PORTALEZA
PARA OBSTAR PELA SUA PARTE. Foi apresen-
tado uma petição de d. Amélia Constantina da Costa
Terra pedindo licença para tirar pedras na contra costa da
VILA. Tendo dequido que a casa do livro da Ponta. O pro-
prietario da Câmara apresentou também um pedido da
quantia de duzentos e setenta mil reis passado pela Cam-

Doc. 2.

REPRESENTAÇÃO DEBILITADA AO EXMO. SR.
PRESIDENTE DA PROVINCIA PELA CAMARA
MUNICIPAL DA DENOMINADA VILLA DE
ITAPETINGUINHA

Assim, em Câmara e no junho de 1881

Em 1.º e 2.º de Junho de 1881. — A Câmara da Villa de Itapetinguinha, em cumprimento dos deveres que lhe são pres-
critos pela lei de sua organização, em nome dos proprie-
tarios da Villa, sobre as desconfianças e auctaria da
quantia de mais pedras para a compra de mais pedras.
Depois de a sala de exterior e posto á votação foi
aprovada a 3a. Presidencia deu sua ordem do dia en-
pellido, porem, movimento, e indicação. CON-
TANDO A CAMARA QUE PARTICULARES DE
AUTHORIDADE (ROMA) ESTAVAM FAZENDO
ESCAVAÇÕES NAS CORDAS QUE ORLAM ESTA
VILLA NAS IMMEDIACOES DA PORTALEZA DE
S. LOURENÇO E DO CAES DO LADO DO NOR-
DESTE, DEBILITOU ELA QUE SE EXPEDISSE
PORTARIA AO FISCAL GERAL PARA IMPEDIR
A TIRADA DE AREIAS E AUTHORIZANDO A
REQUISITAR DA AUTHORITYDE POLICIAL
FORÇA PARA ESTE FIM E QUE SE OFFICIASSE
AO COMMANDANTE DA MESMA PORTALEZA
PARA OBSTAR PELA SUA PARTE. Foi apresen-
tado uma petição de d. Amélia Constantina da Costa
Terra pedindo licença para tirar pedras na contra costa da
VILA. Tendo dequido que a casa do livro da Ponta. O pro-
prietario da Câmara apresentou também um pedido da
quantia de duzentos e setenta mil reis passado pela Cam-

tendo sido ella a RECONHECIDA DE URGENCIA E NECESSIDADE PARA ESTE MUNICIPIO deveria a mesma ser levada ao fim: o contrario porem succedeu: porque NOMEADA PELA PRESIDENCIA DA PROVINCIA UMA COMMISSÃO ENCARREGADA DA OBRA, e tendo ella recebido do Thesouro Provincial 1.000\$000, segundo consta, deu principio a factura dos alicerces e levantamento de alguma parte da muralha, até onde o ponde fazer, com a quantia recebida, depois do que parou. A Camara vendo a obra paralisada sem a menor serventia, e longe dos beneficios que della se esperava, tornada em fôco de exalações mephiticas, porquanto as aguas salgadas que entram se conservam misturadas com as de chuva que ahí se accumulam tornando-se putridas não podem deixar de ser nocivas. Não tendo podido obter da Presidencia, por conta da verba concedida, lançou mão de seus proprios recursos embora mingoados e a expensas suas ponde dar a obra do caes mais algum impulso. Porem a Camara contava, então, com o producto da decima urbana que applicou para esta obra e outras mais necessarias. Hoje que a decima urbana faz parte da receita Provincial e que esta Camara só conta com a arrecadação dos impostos municipaes e afeição, que orçam por um conto é tanto, sobrecarregada com o pagamento dos Empregados e outras despezas, não pode ella continuar um antes acabar o LANÇO DA MURALHA QUE FALTA e o aterramento do que já está feito para poder juntar as vantagens que se esperava. E é para lastimar que assim aconteça quando se vê que AQUELLA QUADRA E' A PROCURADA, COM O MAIOR EMPENHO PELOS ATACADOS DE BERIBERI. Os banhos da costa mais batidos que os do outro lado, certas commodidades ali encontradas de preferencia a outros pontos, faz concorrer para lá os que precisam de combater esse terrível mal, vindo procurar, e muitos encontrar aqui allivio a seus padecimentos. Os passeios tão recommendados aos doentes pela borda do mar salgado ficam interrompidos

nistração particular. Deus guarde a V. Exa. Illm.^a e Exm.^a Sr. Dr. Antonio de Araujo Aragão Bulcão Presidente da Provincia da Bahia. — Assignados *Marcolino Dias de Andrade, P., Manoel José Pinto, Joaquim Manoel Gomes, Alexandre Xavier de Barros Galvão, Polydoro Joaquim da Silva Velloso.*

Doc. n. 3.

LANÇAMENTO DA DECIMA URBANA D'ESTA
VILLA DE ITAPARICA N'ESTE CORRENTE
ANNO DE 1844 A 1845

RUA DA PRAIA

255	Propriedade de Ignacio da Costa Santos	
	1. ^a semestre	1\$080
	2. ^a "	1\$080
		2\$160
256	Dita de Ignacio da Costa Santos	
	1. ^a semestre	1\$080
	2. ^a "	1\$080
		2\$160
257	Dita de Luiz Antonio da Silva Guimarães	
	1. ^a semestre	1\$080
	2. ^a "	1\$080
		2\$160
258	Dita de Luiz Antonio da Silva Guimarães	
	1. ^a semestre	2\$160
	2. ^a "	2\$160
		4\$320

270	Dita de Felicia Joaquina de Jesus	
	1. ^a semestre	1\$080
	2. ^a "	1\$080
		2\$160
272	Dita do Major João Ferreira	
	1. ^a semestre	2\$160
	2. ^a "	2\$160
		4\$320
273	Dita de Monica Francisca do Nascimento	
	1. ^a semestre	2\$160
	2. ^a "	2\$160
		4\$320
274	Dita de Antonio Joaquim dos Santos	
	1. ^a semestre	1\$080
	2. ^a "	1\$080
		2\$160
275	Dita de José Placido dos Santos	
	1. ^a semestre	3\$240
	2. ^a "	3\$240
		6\$480
276	Dita de d. Maria de Barros	
	1. ^a semestre	540
	2. ^a "	540
		1\$080
277	Dita de d. Maria de Barros	

1.º semestre	540
2.º	540
	<hr/>
	1\$080
278 Dita de d. Maria de Barros	
1.º semestre	540
2.º	540
	<hr/>
	1\$080
279 Dita de d. Maria de Barros	
1.º semestre	540
2.º	540
	<hr/>
	1\$080
280 Dita de d. Maria de Barros	
1.º semestre	540
2.º	540
	<hr/>
	1\$080
281 Dita de d. Maria de Barros	
1.º semestre	540
2.º	540
	<hr/>
	1\$080
282 Dita de d. Maria de Barros	
1.º semestre	540
2.º	540
	<hr/>
	1\$080

283 Dita de d. Maria de Barros	
1.º semestre	540
2.º	540
	<hr/>
	1\$080
284 Dita de d. Maria de Barros	
1.º semestre	540
2.º	540
	<hr/>
	1\$080
285 Dita de d. Maria de Barros	
1.º semestre	540
2.º	540
	<hr/>
	1\$080
286 Dita de d. Maria de Barros	
1.º semestre	540
1.º semestre	540
2.º	540
	<hr/>
	1\$080

CIRCULAR

Doc. n. 4.

Palacio da Presidencia da Provincia da Bahia, 27 de Dezembro de 1887.

1.ª Secção n. 2430

Tendo o Ministerio da Fazenda determinado nos Avisos Circulares de 12 e 14 do corrente, transcriptos no exemplar junto da Gazeta da Bahia de hoje que as Camaras Municipaes em cumprimento do n. 3 da Lei n. 3.348 de 20 de Outubro ultimo, ENTREM DE 1.º JANEIRO VINDOURO, EM DIANTE, NO GOSO DO DIREITO DE AFORAR E FRUIR O FÔRO DOS

TERRENOS, DE MARINHA E ACCRESCIDOS E OS QUE PERTENCERAM AS EXTINTAS COLONIAS DE INDIOS NAO REUNIDOS, NOS TERMOS DO ART. 1.º § 1.º DA LEI N. 2.672 DE 28 DE OUTUBRO DE 1875, continuando os ludeiros das concessões que fizeram a ditas Camaras a pertencer ao Estado, como se o fôr, assim o communico a Camara Municipal de Itapirica para seu conhecimento e devidos fins.

Assignado — J. C. *Bandeira de Mello*.

A Camara Municipal da Villa de Itapirica.

Doc. n.º 5.

Secretaria da Presidencia da Provincia da Bahia, em 12 de Agosto de 1879.

Secção 4.ª

N.º 463.

Ilhms. Srs.

De ordem do S. Ex.º o Sr. Presidente da Provincia, communico a V. Srs., em resposta ao seu officio de 30 de Junho ultimo, que, por acto de 8 de Julho proximo findo, foi nomeada uma comissao composta do Dr. Jure de Direito da Comara de Nazareth, do Dr. Juiz Municipal d'esse Termo e do cidadão Augusto Cezar Navarro para encarregar-se da obra da conclusao do cace d'essa Villa, concorrendo a provincia com a quantia de um conto e quinhentos mil reis (1.500\$000), paga em tres prestações, e essa Camara, por si e por seus muncipes, com a quantia excedente para intima realisao da referida obra.

Deos guarde a V. Ss.

Ilhms. Srs. Presidente e Vereadores da Camara Municipal da Villa de Itapirica.

O Secretario.

(a) *Ernesto Odilon Baccellor da Costa*
Ubaldo Osorio.

259 Dita de Gregorio da Silva

1.º semestre	1\$080
2.º "	1\$080
	2\$160

260 Dita de José Antonio do Nascimento

1.º semestre	1\$620
2.º "	1\$620
	3\$240

261 Dita dos herdeiros do finado José Antonio Polieno

1.º semestre	1\$080
2.º "	1\$080
	2\$160

262 Dita de Anna Joaquina de S. José

1.º semestre	1\$080
2.º "	1\$080
	2\$160

263 Dita de Pedro Alexandrino de Assumpção

1.º semestre	1\$080
2.º "	1\$080
	2\$160

264 Dita de Joaquim Ramos

1.º semestre	1\$632
2.º "	1\$632
	3\$264

265 Dita de Pedro Alexandrino de Assumpção

1. ^a semestre	2\$700
2. ^a "	2\$700
	<hr/>
	5\$400

266 Dita de Anna Joaquina do Amor Divino

1. ^a semestre	1\$080
2. ^a "	1\$080
	<hr/>
	2\$160

267 Dita de Maria Carolina de Souza

1. ^a semestre	1\$080
2. ^a "	1\$080
	<hr/>
	2\$160

268 Dita de João Felipe do Nascimento

1. ^a semestre	1\$080
2. ^a "	1\$080
	<hr/>
	2\$160

269 Dita de Germana Maria da Conceição

1. ^a semestre	1\$080
2. ^a "	1\$080
	<hr/>
	2\$160

270 Dita de Felicia Joaquina de Jesus

1. ^a semestre	1\$080
2. ^a "	1\$080
	<hr/>
	2\$160